



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

VALÉRIA LIMA DOS SANTOS

**MOVIMENTOS SOCIAIS E JUVENTUDE: AS IMPLICAÇÕES DESSA RELAÇÃO NA
ESFERA DA FORMAÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA**

**SALVADOR-BAHIA
2008**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

VALÉRIA LIMA DOS SANTOS

MOVIMENTOS SOCIAIS E JUVENTUDE: AS IMPLICAÇÕES DESSA RELAÇÃO NA
ESFERA DA FORMAÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA.

Monografia apresentada ao Colegiado de Pedagogia da Faculdade de Educação – Universidade Federal da Bahia, como requisito para conclusão do Curso de Pedagogia sob a orientação da Prof^a. Dra. SANDRA MARIA MARINHO SIQUEIRA.

SALVADOR-BAHIA
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

VALÉRIA LIMA DOS SANTOS

MOVIMENTOS SOCIAIS E JUVENTUDE: AS IMPLICAÇÕES DESSA RELAÇÃO NA
ESFERA DA FORMAÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA.

BANCA EXAMINADORA

Profª Dra. Celma Borges Gomes - UFBA

Profº Dr. Silvio Humberto Passos Cunha - UEFS

ORIENTADORA

Profª Dra. Sandra Maria Marinho Siqueira - UFBA

Aos meus pais, Maria Edinete e Laelcio pelo processo educativo oferecido; aos meus avôs Saturnino e Antônio (in memoriam) e avós Dina e Elvira pelo exemplo de vida. A Fabíola e Fabiele, minhas queridas pupilas; a todos educadores e educadoras que acreditam na educação como instrumento de mudança, uma mudança possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a uma força maior, fonte de sabedoria e energia onde sempre bebi, que me guia e inspira se manifestando via elementos da natureza e agradeço a mim por ter me desafiado dia após dia a doar sempre o meu melhor.

A minha mãe Maria Edinete e ao meu pai Laelcio pelo apoio e pela condução dada a minha formação. Ao meu tio João por ter contribuído para a construção de um sonho, agora realizado. Ao meu amor Edmundo pela amizade, força e companheirismo durante todo esse caminhar.

Aos amigos e amigas de antes, representados por Leomam Borges e Andréia Cairo, por serem meus amigos. Aos colegas do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Bahia, em especial as amigas de agora, Alessandra, Daiane, Juliana, Marta e Milene; e aos amigos Marcos Epifânio e Tiago Rafael que sempre festejaram comigo as vitórias e os tropeços regados pela inspiração do deus Dionísio.

Agradeço aos meus mestres que bem souberam contribuir para a construção do conhecimento e dos valores que irão conduzir a minha prática pedagógica. Um agradecimento especial aos meus aprendentes adultos, jovens e crianças com os quais adquiri conhecimento prático e de mundo e a certeza de que educar é possível.

Ao Instituto Cultural Steve Biko e aos Pompeir@s, que através do Projeto Mentas e Portas Abertas – POMPA, contribuíram para a afirmação da minha identidade de Educadora, mulher e negra. A minha orientadora Sandra Marinho pelo conhecimento transmitido, estímulo a reflexão, atenção, apoio e condução, elementos sem os quais não seria possível a construção deste trabalho.

“Pense diferente e as coisas começam a mudar”.

Bantu Steve Biko

RESUMO

A relação entre os movimentos sociais e a juventude tem se mostrado como algo corriqueiro no decorrer dos tempos dada as similaridades que possuem quanto ao salutar caráter de contestação e de mobilização e à polissêmica condição assumida por seus conceitos. Sendo assim, o que se pretende nesta monografia é investigar como se estrutura esta relação e as suas implicações na esfera da formação político-pedagógica e como os movimentos sociais têm se validado enquanto sujeito educativo e espaço de aprendizagem. A construção do trabalho foi feita mediante pesquisa bibliográfica no intuito de imergir nos estudos sobre estas duas categorias tidas aqui como socialmente construídas e historicamente situadas. Esta categorização leva a perceber que a conjuntura tanto dos movimentos sociais quanto da juventude na contemporaneidade assumiu novas configurações e a sociedade em geral não atentou para isso, estes ainda são vistos com um recorte muito forte na década de 60, o que não permite ampliar as visões sobre os perfis dos jovens e dos movimentos sociais. O movimento estudantil que é representativo da presença juvenil, por exemplo, demonstra isso ao agregar em sua atuação discussões trazidas pelos novos movimentos sociais e novas formas organizativas demandadas pela própria vivência em sociedade. Outro aspecto presente neste estudo é o de que a juventude é uma fase da vida que nos espaços de formação de educadores tem sido pouco ou nunca mencionada quando tanto quanto a infância e a adulta pede um estudo mais acurado para que os educadores possam lançar mão de metodologias adequadas tendo a educação como prática social.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Novos movimentos sociais; Juventude; Movimento Estudantil; Educação.

SUMÁRIO

Resumo	
Lista de Abreviaturas	
1. Introdução	10
2. Breve histórico dos movimentos sociais no contexto brasileiro	15
2.1 Movimentos sociais: conceitos e visões	27
3. A participação da juventude nos movimentos sociais	33
3.1. Conceito de juventude	33
3.2. Movimento Estudantil como locus prioritário de engajamento da juventude	43
3.2.1. A relação e o posicionamento da juventude nos movimentos sociais	49
4. Movimentos sociais e juventude: a esfera da formação política e educacional	54
5. Considerações Finais	62
Referências	66

LISTA DE ABREVIATURAS

ANAMPOS – Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais

AP – Ação Popular

CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores

CMP – Central do Movimento Popular

CONAM – Confederação Nacional de Associações de Moradores

CONCLAT – Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras

CPC – Centro Popular de Cultura

CUT – Central Única dos Trabalhadores

ICSB – Instituto Cultural Steve Biko

JAC – Juventude Agrária Católica

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTS – Movimento dos Sem Teto de Salvador

ONG – Organização Não-Governamental

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

POLOP – Política Operária

PRÓ-CENTRAL dos Movimentos Populares

UFBa – Universidade Federal da Bahia

UDN – União Democrática Nacional

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USIS – União Sindicatos Independentes

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho nasce do contato com experiências no âmbito do trabalho comunitário na Associação de Moradores no bairro Castelo Branco, na Pastoral da Juventude da Igreja Católica e com a Organização Não-Governamental Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, culminando com a participação no Projeto Mentes e Portas Abertas – POMPA (no Instituto Cultural Steve Biko – ICSB, entidade do movimento negro) e com o curso de graduação em Pedagogia na Universidade Federal da Bahia – UFBA. As experiências citadas levaram-nos a perceber a juventude aparecendo em destaque, de duas formas: tanto como participante engajado quanto público alvo das ações.

A vivência trouxe a percepção de que a maior parte dos envolvidos nestas ações se consideram militantes de movimentos sociais, dirigindo todas (as ações citadas) para um conceito uniforme, que em verdade revela-se polissêmico. Daí a necessidade de investigar o que são realmente os movimentos sociais, procurando entender como se configuram no contexto brasileiro. Visto que a Pedagogia, como sistema convencional de formação, pouco dialoga com os movimentos sociais, na perspectiva de tê-los como sujeitos e/ou espaços educativos e, quando o fazem, deixam transparecer a cultura de adoção do parâmetro da educação formal, mesmo tendo a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 9.394/96) no seu artigo 1º considerado que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (Grifo nosso.)

O presente texto concebe os movimentos sociais como um espaço que tem nutrido uma juventude engajada politicamente, protagonista de lutas e ações que fomentaram no passado, e hoje fomentam, a possibilidade de novos caminhos para a realidade brasileira almejando uma sobrevivência justa para todos. Portanto, a proposta do trabalho monográfico será refletir sobre como os movimentos sociais têm possibilitado uma formação político-pedagógica à juventude.

Este estudo tem caráter relevante para o seu fim, já que o processo educativo precisa ser visto para além dos limites dos espaços formais de ensino e aprendizagem e não pode ser entendido de forma dissociada de seu contexto e demandas social, econômica e política. E ainda, por entender a importância de elucidar o caráter e as contribuições no âmbito educacional dos movimentos sociais, refletidos no público escolhido, a juventude e por se tratar de temas que não estiveram presentes no currículo de formação em Pedagogia.

Nos dias atuais é crescente o número de grupos se organizando enquanto movimento social para reivindicar suas pautas ligadas a questões como melhores condições de trabalho, moradia, terra, educação, igualdade de direitos quanto ao gênero, etnia e outros aspectos e problemáticas da vida em sociedade. No mesmo sentido tem crescido a necessidade de aprofundar os estudos acerca dos mesmos no intuito de compreender o próprio conceito de movimento social, que traz em si a polissemia, identificar e delimitar as características que lhes são inerentes. Destacam-se como algumas dessas características a mobilização, a presença da coletividade, o projeto político e a constante contestação das adversidades.

O pensamento de que todo e qualquer grupo organizado em torno de um objetivo comum se constitua enquanto movimento social não se valida, do ponto de vista da análise empreendida aqui, pois com base em teóricos como Beltrame (2002), Castells (1999), Gohn (1994, 2001, 2004), Torres e Morrow (2003) verifica-se que são necessários outros elementos para constituí-lo. Lutas sociais, rebeliões, trabalho comunitário, ONG, pastorais, movimentos sociais, projetos e outras ações do âmbito social são coisas diferentes. Tal confusão conceitual se torna um desafio neste estudo e cria um terreno onde de um lado brotam a necessidade de identificar todas as ações, colocando-as em seus campos de atuação corretos e, de outro, a pauta de possibilitar ambiente favorável ao diálogo entre os mesmos, na tentativa de criar uma nova práxis. É o que Leher (2005) chamou de: “Resgatar a tradição crítica para construir práticas necessariamente renovadas”, no sentido de que os movimentos sociais precisam

garantir a sua legitimidade dialogando com as novas possibilidades abertas pelo desenvolvimento da realidade social.

Um ponto a ser também considerado na análise diz respeito à forma de divulgação dos movimentos sociais, visto que há uma relação sensível entre o que se tem divulgado a seu respeito e o que eles são e fazem em verdade. Dado que uma das características da sociedade capitalista é a exploração do capital sobre o trabalho, agudizando a luta de classes, em que a burguesia controla os meios de comunicação, divulgando informações que traduzem seus interesses, o que acaba por passar uma imagem caricaturizada e preconceituosa dos movimentos sociais. Quando o movimento social se constitui um instrumento com força política, mexe com os interesses e valores da estrutura político-social vigente, representando um perigo, quanto à elevação da consciência do sujeito e o estímulo à organização de mobilizações por parte da população oprimida para reivindicar direitos e contrapor os modelos estruturais. Sendo a imprensa uma das vias mais eficazes de divulgação dessas idéias, ela ocupa papel de mediadora de informações que podem contribuir tanto positivamente quanto negativamente para este processo.

Verifica-se que o uso de elementos desmobilizadores enfraquece os movimentos, na medida em que identificam seus militantes como baderneiros, opositores da ordem e outras denominações que acabam por fazer a classe oprimida se afastar ou não se envolver com os mesmos, levando a sociedade em geral a tirar conclusões equivocadas sobre esta forma de manifestação. Este é um fato que não pertence somente à contemporaneidade, trata-se de um fenômeno histórico na realidade brasileira e em outras nações. Algo semelhante ocorre com a juventude rotulada como a fase rebelde por natureza.

Para a efetivação da proposta deste trabalho cabe tecer considerações sobre as concepções conceituais de juventude, movimentos sociais e processo educativo. Em sua historicidade os movimentos sociais estabeleceram um elo importante com o campo educativo, seja na existência de lutas e movimentos em prol da educação, seja

na própria experiência de formação dos seus militantes. No que tange a juventude, pode-se verificar que essa presença tem sido constante e importante para a sua dinâmica concebendo uma relação de aproximação apreciável. Pois, há uma tendência a considerar essa fase propícia às iniciativas de mobilização e de protesto no que diz respeito a contestação das estruturas sociais e reivindicações, elementos também presentes nos movimentos sociais.

No Brasil e no mundo as décadas de 1960-70 foram momentos bastante representativos dessa relação, quando a intensidade de manifestos contra o Regime Militar revelou a presença dos jovens protagonizando tais ações e o movimento estudantil ganhando força e lugar na cena política brasileira, passando a ser a voz não só dos estudantes, mas das camadas populares em geral. Esse protagonismo não foi apagado, embora no século XXI se tenda a pensar assim, o que houve foi a reconfiguração da atuação da juventude que de certa forma não é interpretada corretamente pela sociedade, em particular pelos setores dominantes. A União Nacional dos Estudantes – UNE, por exemplo, continua atuante e está completando 70 anos de existência. No período aludido, “o movimento estudantil ganhou importância por ser, naquele momento, um espaço, físico e político-social, privilegiado de lutas”. (Gohn, 1995, p.104).

Quanto às ações educativas tornou-se quase uma convenção nos estudos sobre os movimentos sociais, na atualidade, citar a experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. É importante que este fato seja reconhecido por ser uma das iniciativas pioneiras de formação para crianças, jovens, adultos e agora já para professores dentro dos assentamentos. Mas os movimentos negro, sindical, de mulheres, estudantil dentre outros, na perspectiva que está sendo abordada aqui também desenvolvem desde sempre ações de cunho educativo cada um com suas particularidades e contradições. Em torno dos anos 1990 este tema passa a ocupar os estudos de alguns pesquisadores, mas ainda apresenta limitações na atualidade, por assumir como referência o modelo convencional de educação. (CALDART, 2004).

Dito isto, realce-se que, para fins desta investigação foi eleita a pesquisa qualitativa. Será realizado um levantamento teórico a fim de revisar a literatura sobre o tema, levando em conta que a execução de observação de campo e de pesquisa quantitativa não seria exequível para os recursos de tempo e financeiros disponíveis. Para tanto, será tomada como base a produção literária, buscando autores que tenham se debruçado sobre o tema central que são os movimentos sociais, como: Gohn (1994, 1997, 2004), Touraine (1977), Torres (2003), Dias (2001), Doimo (1995), Leher (2005), Setúbal (2005), dentre outros. Identificando aspectos conceituais e da formação político-pedagógica da juventude, citem-se: Sposito (2005, 2006), Abramovay (2002, 2003), Castro (2002, 2003), Betto (2005), Lênin (2005), Castro (2005), Franco (2007).

Para concretizá-la será tomado como parâmetro o conceito de movimentos sociais como “ações coletivas na tentativa de provocar mudanças no todo ou em parte, em determinadas instituições sociais, ou de criar uma nova ordem” (FGV, 1986, p. 788)¹, elegendo o movimento estudantil como *lócus* representativo da presença da juventude compreendida como a fase entre os 15 e os 24 anos, respeitando sua construção histórica e social.

¹ Dicionário de Ciências Sociais, Fundação Getúlio Vargas.

2. BREVE HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO

Os movimentos sociais têm como característica marcante em seu histórico, notadamente, os conflitos entre a população, mais precisamente a classe subalterna insatisfeita contra a classe dominante e o Estado, estabelecendo uma relação que, na maioria das vezes, se dá em um sentido antagônico onde “de um lado o Estado não oferece o necessário e suficiente para a população viver de forma digna e de outro o movimento de reivindicação destes direitos aumenta” (Serpa, 1990, p.18).

Ao se debruçar sobre tal história, é possível que se perceba que, em determinados momentos, esta se confunde com a própria história do Brasil. Isso porque a sua força de atuação política, colocada em prática via mobilizações, atos, protestos, reações a fatos da dinâmica organizacional da cena política, econômica e social, tornou os movimentos sociais um capítulo da formação da sociedade brasileira, mesmo que os seus opositores imprimam tentativas no objetivo de mostrar o contrário.

Na proposta de Gohn (1995) faz-se uma exposição histórica mostrando o que a autora chama de a construção da “cidadania” dos brasileiros traduzida na história dos movimentos e lutas sociais. Essa trajetória é colocada de maneira bastante sistematizada e cronológica nos levando a perceber como foram importantes e como foi estabelecida uma relação muito próxima destes com a história do Brasil, uma relação que na verdade não se tem conhecimento se não for feita uma investigação mais direcionada para tal. Geralmente, ao estudar História do Brasil, identificam-se vários movimentos e lutas protagonizados pela população civil, majoritariamente pela camada mais pobre, mas os relatos as apresentam como rebeliões contra a ordem estabelecida, se detendo muitas vezes, à biografia de seus “algozes, ou seja, dos militares, tiranos ou qualquer outro tipo social, apresentados como heróis” (GOHN, 1995, p.18). Nesta dinâmica, movimentos liderados pelo povo negro e indígena, por exemplo, ficaram encobertos e só vêm recebendo o devido valor recentemente.

Reconhecendo o caráter de mutabilidade dos sujeitos no espaço e no tempo e atribuindo-o aos movimentos sociais, observa-se que existem pontos de corte em sua trajetória. Inicialmente, os movimentos eram tidos como lutas sociais, depois movimentos sociais e mais tarde divididos em clássicos e em novos movimentos sociais. Estes últimos caracterizando-se por agrupar ou trazer questões de cunho subjetivo como as de gênero, sexualidade, ecologia e etnia. Se bem que estes temas têm tanto de subjetividade quanto de objetividade. Veja-se a questão ecológica. Esta é uma questão tão objetiva quanto, por exemplo, os direitos sociais. E são também temas coletivos. A ecologia interessa a todos os seres humanos. Já os clássicos, se ocupando dos mais coletivos como moradia, salário, emprego, educação e saúde.

Todavia, vale ressaltar que não se trata de uma relação de contraposição, o interessante desta dinâmica entre os movimentos sociais clássicos e os novos é o processo de contemplação de mais questões. Seria o que Leher (2005), citando Santos, chama de “impureza”, no sentido em que as pautas não são unilaterais, imutáveis nem classistas, mas podem se tornar classistas, se estas lutas estiverem aliadas à perspectiva de emancipação humana, ou seja, as lutas também se transformam. “Temas como democracia, subjetividade e emancipação fazem parte da produção do conhecimento novo que as lutas estão reclamando” (p. 27). A caracterização dos novos movimentos sociais será retomada posteriormente.

Uma tendência, como já dito, ao discorrer sobre o tema deste trabalho de forma não aprofundada é a de igualar na mesma categoria todos os grupos onde há uma coletividade reunida em torno de um objetivo comum. É o princípio de que para ser movimento social basta fazer parte da sociedade e se organizar em grupos, aspecto que precisa ser elucidado e que é uma confusão conceitual fruto da própria história dos movimentos sociais que deixa brecha para inúmeras leituras. Então, para compreender este quadro hoje, será necessário buscar um pouco mais atrás a sua evolução e contextualização.

No fim do século XVIII e primeira metade do XIX encontra-se uma variedade de lutas sociais, rebeliões, revoltas e protestos que são manifestações mais efêmeras de reação a algo imediato não perdurando, geralmente, no tempo, mas que influenciaram lutas posteriores. As lutas sociais no século XVIII tinham como característica comum o desejo de libertação da Metrópole, eram as lutas pela independência lideradas por liberais radicais inspirados nos modelos das Revoluções Francesa e Norte-Americana. Os ecos destas lutas que ocorriam na Europa provocaram no então príncipe herdeiro e na elite rural do país o medo de perder privilégios caso estas se propagassem aqui com muita força, e na tentativa de evitar isso, eles se envolveram nas manifestações levando a interpretações de que teriam sido os protagonistas das lutas, tirando o mérito de seus verdadeiros líderes oriundos em geral das classes oprimidas.

O início do século XIX (entre 1800 a 1850) ocorrem numerosas e ricas manifestações populares, porém, a falta de um projeto político-social junto à ausência de unidade dificultava a definição de um sentido e direção para elas, facilitando as delações e traições e dando brechas às elites para desmobilizá-las ao caracterizá-las como “ações de ‘assassinos’, ‘bárbaros’, ‘selvagens’ etc.” (GOHN, 1995, p. 25)

As principais características das lutas e movimentos sociais do período são: eram motins caóticos; faltava-lhes projetos bem delineados ou estavam fora do lugar, importados de outros países; as reivindicações básicas giravam em torno da construção de espaços nacionais, no mercado de trabalho, nas legislações, no poder político etc. (...) Tudo ocorria por conta da revolta e do calor da luta, em ações pragmáticas, sem nenhuma ou pouca estruturação racional. (GOHN, 1995, p. 23-4)

Quanto à composição, os movimentos e lutas sociais desta época tiveram participação considerável de membros do clero e de cidadãos das camadas médias das elites intelectuais e da estrutura militar. As massas populares se fizeram presente, em alguns casos inclusive, como grupo de frente, como na Cabanagem no Pará e na Revolução Praieira em Pernambuco, ao contrário do que se tende a pensar não ocupavam o lugar somente de massa de apoio. No entanto, a falta de objetividade, as contradições das camadas médias e os conflitos de interesses entre as facções das elites da aristocracia rural faziam com que as camadas populares fossem sempre as mais reprimidas e colocadas como elementos de pressão e manobra pelo poder local.

Portanto, “não existem movimentos puros, isolados, descontextualizados de qualquer grupo, partido ou instituição” (GOHN 1995, p. 23).

A existência de um projeto político é uma das características que podem garantir o sucesso de um movimento ou de uma luta social. Verifica-se mais tarde que houve uma evolução neste sentido dando origem a movimentos mais consistentes. Mas, no período abordado agora a ausência de um plano de ação e de formas de negociação e de diálogo entre as partes envolvidas nos conflitos fazia com que a democracia fosse algo desejado, mas nem sempre atingido se mostrando possível somente via embate físico.

As rebeliões usualmente escapavam ao controle daqueles que as arquitetavam e tomavam caráter popular, revestindo-se de grande violência, de ambos os lados, devido ao ódio e às paixões envolvidas, mas também devido à não-existência de canais e formas civilizadas de negociar e encaminhar os conflitos. (GOHN, 1995, p. 25)

Avançando para a segunda metade do século XIX, de 1850-1900, tem-se que os movimentos em torno da questão dos escravos absorveram grande parte das motivações das lutas, ocorrendo também o movimento das Associações de Auxílio Mútuo e os movimentos messiânicos², destacados pela historiografia oficial como fenômenos de fanatismo religioso, mas que na verdade, segundo Gohn (1995, p.40) “foram lutas em torno da questão agrária, de resistência às oligarquias rurais, embora eles não tivessem projetos políticos ou ideológicos claros”.

Já no século XX as lutas sociais passam a assumir um caráter mais urbano, devido a concentração de atividades e funções nas cidades. A industrialização se consolida e tanto ganha adeptos, como opositores, desta forma, um novo cenário vai se formando em torno da indústria justificando o surgimento de novas categorias de lutas sociais. As novas lutas agora estão preocupadas em geral com a questão do salário, moradia, educação, transporte, etnia, gênero, idade, cívica, militares, mudança de regime político ou de ideologias. Todas as vozes no século XX passam a se manifestar.

² São exemplos deste tipo de movimento a Revolta dos Muchers no Rio Grande do Sul e Canudos na Bahia (GOHN 1995, p.40).

Este marco revela mais uma vez a relação intrínseca entre os movimentos e lutas sociais e a história do Brasil. “Sem levar em consideração as lutas operárias e populares, não será possível escrever a História do Brasil e da América Latina no século XX”. (BRANDÃO *apud* GOHN, 1995, p.61).

Na primeira fase do referido século, a questão do trabalhador imigrante ocupou posição de destaque, as organizações anarco-sindicalistas tiveram seu auge e seu declínio, conviveram com as associações de auxílio mútuo, as lutas pelo rebaixamento dos gêneros alimentícios ocorreram ao lado de reivindicações por salários, jornada de trabalho (as greves de operários eram constantes e um forte instrumento de reivindicação) e congelamento de aluguéis. A proliferação destas manifestações faz com que as elites lancem mão de estratégias para barrar as ações de organização das camadas populares e dos imigrantes. “O Estado brasileiro tratará a questão social como questão de polícia”. (GOHN, 1995, p. 62)

A década de 1930 merece destaque, neste breve histórico, pois é nela que começam a ocorrer mudanças estruturais e sociais que podem ser consideradas como avanços conquistados pelas lutas. O industrialismo se consolida em oposição ao conservadorismo rural, criam-se legislações e ordenamentos jurídicos novos, os trabalhadores começam a adquirir direitos, que mesmo não se consolidando na prática não deixam de ser avanços, o conceito de “cidadania” começa a se difundir ao lado da discussão sobre direitos e deveres, o Estado organiza e interfere na economia e na sociedade com mais força. As lutas sociais ganham novos moldes e as mudanças, embora tenham sido celebradas como conquistas governamentais, foram conquistas das classes oprimidas em geral. “O povo irrompe na cena política brasileira pela primeira vez com algum poder de pressão”. (GOHN, 1995, p. 89)

A fase que ficou conhecida como populista ou nacional-desenvolvimentista, que compreende os anos de 1945 a 1964, foi muito fértil no quesito participação social. O processo de redemocratização pós-1945 trouxe ares mais participativos e abriu espaços para as disputas político-partidárias e para os movimentos sociais, que foram

muitos, acontecendo em diversas partes do país em prol de inúmeras questões relacionadas a melhores condições de vida e de reformas de base política. O cinema, o teatro e a música também tiveram seu lugar de destaque com a intensa movimentação cultural como instrumento de expressão política e social.

O Regime Militar, momento de ação intensa da esquerda, fragmentou as três frentes de oposição existentes (PCB, PC do B e AP)³ em inúmeros novos grupos, numa reação de oposição ao avanço capitalista “dado pela aliança entre os militares, o capital estrangeiro, o empresariado nacional e urbano e a nova tecnocracia que começava a se formar no país, oriunda do acesso das camadas médias ao ensino universitário” (GOHN, 1995, p.101). Foi também um período de forte repressão, controle social e político, torturas, prisões e perseguições, como resposta às várias lutas de resistência e movimentos de protesto. A juventude foi um sujeito importante neste momento via movimento estudantil⁴, levando adiante os interesses de toda a massa, e participando da dinâmica de outros grupos como o POLOP, AP, CPC da UNE, JUC, JOC, JAC⁵ dentre outros, alguns ligados a uma linha mais democrática da Igreja Católica no período, embora os seus dirigentes apoiassem o Regime Militar.

As articulações feitas pelas inúmeras organizações que atuaram neste período tomavam por base as Revoluções Russa, Cubana e Chinesa, tinham na luta armada a solução para a nação e para o estabelecimento de um novo modelo de sociedade no Brasil.

Sua grande estratégia estava baseada no camponês, no discurso da Reforma Agrária, da luta no campo que se propagaria para a cidade por meio do apoio dos estudantes. Enquanto lutava, sonhava e se subdividia, o operariado urbano crescia numericamente, sob o controle de novas leis; a massa proletária urbana também se expandia por meio do mercado de trabalho na construção civil ou no setor de serviços; as periferias das grandes cidades se inchavam com os loteamentos populares, dando as bases para os movimentos populares dos anos 70. (GOHN, 1995, p.103)

³ Cf. lista de abreviaturas.

⁴ A participação do Movimento Estudantil será retomada com maiores detalhes no tópico 3.2.

⁵ Cf. lista de abreviaturas.

Em torno de 1973 o Regime Militar perdeu sua força devido à crise econômica do petróleo, retomada da inflação e redução das facilidades de consumo das classes médias. O resultado das eleições de 1974 elegendo o MDB⁶, o partido da oposição, mostrava que a população não estava satisfeita com o regime político vigente. As lutas pela redemocratização já haviam começado a pulsar. A rearticulação da sociedade civil foi acompanhada da elaboração de vários projetos de mudança social para o país, construção de propostas e frentes de luta, crença na força do povo e camadas populares, quando organizadas, para realizar o que grupos sociais não conseguiram realizar antes.

Os moradores das periferias, das favelas, cortiços e outros submundos saem da penumbra e das páginas policiais para se tornarem os depositários das esperanças de ser novos atores históricos, sujeitos de processos de libertação e de transformação social. (GOHN, 1995, p. 111-12)

Os anos de 1988-90 são densos. A população brasileira aumentou, as informações passaram a circular com mais facilidade, divulgando as ações coletivas, mas por outro lado fragmentando a força das manifestações. Foi um período de acontecimentos decisivos para o futuro dos movimentos sociais. O acirramento de políticas neoliberais, privatizações e desativação da atuação do Estado em áreas sociais, o crescimento das ONGs,

a luta pelas Diretas-Já em 1984 e pela implantação de um calendário político que trouxesse de volta as eleições para a Presidência do país, a luta pela redução do mandato presidencial, o processo constituinte, o surgimento das Centrais Sindicais (CONCLAT, CGT, CUT, USIS, FORÇA SINDICAL)⁷, a criação de entidades organizativas amplas do movimento popular (ANAMPOS, CONAM, PRÓ-CENTRAL)⁸, o surgimento de inúmeros movimentos sociais em todo território nacional, abrangendo diversas e diferentes temáticas e problemáticas, como das mulheres, negros, crianças, meio ambiente, saúde, transportes, moradia, estudantes, idosos, aposentados, desempregados, ambulantes, escolas, creche etc., todos em seu conjunto, revelavam a face de sujeitos até então ocultos ou com as vozes sufocadas nas últimas décadas. (GOHN, 1995, p. 124)

Os anos 80 acabam carregados de desânimo com a desmobilização e descrença das massas, e com uma grave crise econômica, mas rica política e culturalmente. A década seguinte traz novos ânimos, redefinindo o cenário das lutas e

⁶ Cf. lista de abreviaturas.

⁷ Idem.

⁸ Ibidem.

movimentos sociais, no Brasil e os movimentos populares dos anos 70/80 se alteram, trazendo o novo dos movimentos sociais,

alguns entram em crise: de militância, mobilização, de participação cotidiana em atividades organizadas, de credibilidade nas políticas públicas, de confiabilidade e legitimidade junto à própria população. Surgem novos movimentos sociais, centrados mais em questões éticas ou de revalorização da vida humana. (...) Cumpre destacar que as mobilizações coletivas nos anos 90 partem de um chamamento à consciência individual das pessoas e elas, usualmente, têm se apresentado mais como “Campanhas” do que como movimentos sociais. (GOHN, 1995, p.125)

Os novos movimentos sociais procuram ampliar o leque de reivindicações trazendo à tona adversidades ligadas à subjetividade ou à cultura que muitas vezes são motivação de conflitos dentro dos próprios movimentos sociais. As suas pautas estão mais ligadas à abordagem cultural e cognitiva nas relações sociais, neste sentido, Torres (2003), por exemplo, defende que as suas estratégias caminham mais num viés educacional:

Embora tenham experimentado vários reveses em função de mudanças dramáticas na política como resposta às suas demandas, os novos movimentos sociais têm obtido melhores êxitos nos seus esforços educacionais, processo este refletido nas mudanças significativas da opinião pública no que se refere a vários temas, tais como gênero, raça, meio ambiente, paz e orientação sexual. (p. 287)

É válido acrescentar que além da formação educativa dentro dos próprios movimentos, a participação da família e das mulheres (que merecem um destaque nas lutas sociais contemporâneas, por estarem presentes legitimando inclusive um direito que lhes foi negado durante décadas, mas que em nenhum momento intimidou a sua presença) é uma característica que se constitui como uma das tendências comuns entre os novos movimentos.

Os movimentos estão assumindo a educação e a formação de seus dirigentes em suas próprias mãos, usando critérios pedagógicos próprios e freqüentemente inspirados na educação popular.(...) De qualquer forma, podemos dizer que já ficou para trás o tempo em que intelectuais alheios ao movimento falavam em seu nome. (...) O novo papel das mulheres é o quinto traço comum (...) as novas relações que se estabeleceram entre os gêneros nas organizações sociais e territoriais que emergiram da reestruturação das últimas décadas. As mulheres e crianças têm papel decisivo nas atividades vinculadas à subsistência dos setores populares e indígenas. (ZIBECHI, 2005, p.202).

Doimo (1995) vem afirmar que os novos movimentos já não reivindicam uma pauta política ao Estado, mas autonomia em relação a ele. Para a autora os chamados novos movimentos sociais: “jamais reproduzirão o padrão clássico do conflito de classes porque as contradições agora são de outra ordem e porque os conflitos aí instalados são metapolíticos, ou seja, muito mais pautados em valores do que em reivindicações negociáveis” (p. 46).

Por se tratar mais de uma forma de abordagem do que de um conceito, ou teoria propriamente dita o estudo dos novos movimentos sociais é ambíguo. Eles estruturam um modelo baseado na cultura como ideologia, rompem, em certa medida, com a teoria marxista quando propõem que se guiar pelas estruturas macro da sociedade e pelos conflitos das classes econômicas não dá conta de fortalecer a possibilidade de mudança que parte do indivíduo (GOHN, 1997, p.122). Propõem uma nova maneira de conduzir as práticas sociais, de forma a valorizar o político e cultural dos atores dos movimentos sociais e dar ênfase a sua face coletiva singular.

No entanto, a questão da mulher e dos negros já eram discutidas nos Congressos da Internacional Comunista até 1924. O que faz com que as reivindicações desses movimentos “novos” se separem de um projeto social mais amplo e radical são as condições históricas atuais marcadas pela fragmentação dos movimentos, pela burocratização das organizações e a desagregação do Leste, URSS⁹ e do Stalinismo. Observa-se que acontecimentos como a queda do muro de Berlim, o fim do Estado de Bem-Estar Social, as políticas neoliberais, desemprego e tecnicização do trabalho entre outras conseqüências da globalização impulsionam uma nova configuração nos movimentos sociais quanto ao seu número, tempo de existência, permanência e legitimidade resultando em uma crise.

E a crise dos movimentos populares deve ser considerada em seus devidos termos. Primeiro, porque uma das características básicas de todo movimento social, quer popular ou não, é seu fluxo e refluxo. Eles não são instituições. Podem até se materializar em alguma organização, mas isso é uma provisoriedade. A organização pode morrer, mas a idéia geradora certamente persistirá. E esta idéia gerará o renascimento do movimento em outro contexto. (CASTELLS, 1999, p.101).

⁹ Cf. lista de abreviaturas.

Concorda-se com Castells quando afirma que a organização pode morrer, mas, a sua idéia geradora permanece. Porém, as idéias que movem os movimentos sociais são determinadas pelas condições sociais vividas, nascem das desigualdades subjetivas sofridas pelas minorias e problemáticas que provocam o embate entre as classes sociais e o Estado. Enquanto existir a necessidade de mobilização para reivindicar soluções para este quadro eles não deixarão de existir e as suas bases de constituição necessitam ser sólidas o bastante para assegurar a sua validação e o alcance dos resultados pretendidos.

A chegada ao poder pela esquerda, no caso específico da realidade brasileira, com o governo Lula, que tem uma base de origem popular, na visão de Borges (2004), gerou uma crise para os movimentos sociais na medida em que estes continuam se opondo à política neoliberal, mas têm o desafio de não fazer oposição ao governo, para não enfraquecer a ideologia dos movimentos populares.

Ao mesmo tempo em que apóia o novo governo, partindo da avaliação de que na atual conjuntura a sua derrota seria um desastre para o conjunto das forças populares, ele procura também pavimentar um campo de pressão para se contrapor às chantagens do “deus-mercado” e para desbaratar os segmentos continuístas dentro e fora do Palácio do Planalto. (BORGES, 2004, p.2)

Na tentativa de mitigar esta crise no país, foi organizada, no mês de abril de 2003, a Coordenação dos Movimentos Sociais – CMS experiência que agrega as principais organizações populares do país, como o MST, CUT, UNE, CMP, Conam,¹⁰ movimentos de moradia, estudantil, de desempregados, pastorais e diversos sindicatos. “Não foram convidados partidos políticos, e as diferentes correntes ideológicas se expressam através das visões que há nos movimentos de massa”. (CMS, 2008, p.2). A CMS tem o seu eixo de atuação centrado na luta em defesa da soberania nacional, do desenvolvimento econômico e da valorização do trabalho, assumindo como bandeira imediata a luta contra o desemprego, maior chaga do neoliberalismo. No ano de seu lançamento divulgou um manifesto intitulado Soberania, Desenvolvimento, Trabalho,

¹⁰ Cf. lista de abreviaturas.

Distribuição de Renda e Inclusão Social, contendo propostas de construção de um projeto social e econômico de acordo com os interesses do movimento.

Em abril de 2005 realizou-se a segunda Plenária Nacional¹¹ e entende-se que a CMS enquanto organização deve continuar atuando na consolidação de seu enraizamento através de um amplo trabalho de base e o fortalecimento das bandeiras históricas dos movimentos sociais. (CMS, 2008, p.2)

Neste intuito, os primeiros passos da CMS visaram superar a fragmentação das lutas populares, fenômeno que vem prejudicando, de certa forma, as conquistas dos movimentos sociais, e a unificação da rica diversidade de movimentos. Sem estruturas burocráticas, ela pretende ser um instrumento da ação direta da classe excluída e também um fórum de reflexão para elaboração de alternativas viáveis e avançadas para o Brasil. “Neste rumo, a CMS pode se tornar uma ferramenta estratégica para impulsionar o protagonismo dos movimentos sociais”. (BORGES, 2004, p.2).

Mas, é preciso avaliar melhor a trajetória do Governo Lula, tendo em vista que a experiência de quase 6 anos já demonstrou que: não rompeu com a política econômica de Fernando Henrique Cardoso; continua a política de privatizações; aprovou a reforma da previdência; acena com a reforma trabalhista sindical; e mantém os movimentos sociais e organizações sob o controle do Estado.

Ainda sobre a ligação entre governante popular e Estado neoliberal Leher (2005) cita que Perry Anderson, quando aqui esteve ao se pronunciar sobre o assunto alertou: “É preciso produzir idéias que orientem e possibilitem a ação política para promover a ruptura com o neoliberalismo” (ANDERSON *apud* LEHER, 2005, p. 9). É sabido que a mudança política pela qual passa o país é um processo e como tal exige um projeto mais complexo e elaborado. O foco não está em assumir o poder, mas em saber como lidar com ele e de como romper com a estrutura neoliberal dominante. “Ganhar eleições é preciso; por isso, queremos arrancar a juventude da letargia política e fazê-la descobrir que nela residem as forças transformadoras desta nação. (...) É preciso sonhar com a outra margem do rio” (BETTO, 2005, p.66). Esta fala corrobora a

¹¹ A primeira ocorreu em 2003.

situação exposta quanto à realidade brasileira, pelo prisma dos movimentos sociais se se pretende mudá-la existem desafios a enfrentar e as pessoas que muito sonham em sair da situação atual, precisam saber sobre política, os jovens precisam saber sobre política e ter em mente que não basta só ganhar eleições.

Leher (2005, p.10) sugere: “Gramsci tem que ser escutado quando afirma que os que querem transformações devem construir uma nova hegemonia, mesmo sem serem dominantes”. Metaforizando o autor: “As veias latino-americanas pulsam”, mudanças são necessárias e já não se detém ao campo das idéias, é preciso não só enxergar a outra margem do rio, mas atravessar até lá. As lutas dos protagonistas dos movimentos sociais têm sido no sentido de encontrar outras formas civilizatórias, não apenas neoliberais, mas anticapitalistas e não eurocêntricas, para estabelecer o projeto de sociedade que se pretende.

A presença dos movimentos sociais é uma constante na história política do país, mas ela é cheia de ciclos, com fluxos ascendentes e refluxos (alguns estratégicos, de resistência ou rearticulação em face a nova conjuntura e as novas forças sociopolíticas em ação). O importante a destacar é esse campo de força sócio-político e o reconhecimento de que suas ações impulsionam mudanças sociais diversas. O repertório de lutas que eles constroem, demarcam interesses, identidades, subjetividades e projetos de grupos sociais. (GOHN, 2004, p.10)

Neste breve histórico pôde ser comprovado que os movimentos sociais têm sido uma constante arma de luta e reivindicação através dos tempos. No contexto brasileiro, apesar de um começo baseado na realidade estrangeira e da falta de projeto político, os protagonistas conseguiram avançar. No campo das relações de trabalho, educação e estrutura política estes tiveram maior destaque e foram tomando forma consolidando a identidade dos movimentos sociais brasileiros. Em cada época com suas especificidades os movimentos sociais vão se reconfigurando e legitimando, ou não, sua razão de existir.

2.1. MOVIMENTOS SOCIAIS: CONCEITOS E VISÕES

No intuito de identificar as suas características, correntes de pensamento, teorias e linhas de ação, serão apresentados agora alguns aspectos dos movimentos sociais no que diz respeito aos seus conceitos e visões.

Os movimentos sociais possuem um estatuto ontológico, um sentido de ser, que envolve: a ação, o coletivo e o conflito. Isto quer dizer que a sua manifestação implica em uma ação coletiva que gera conflito e vice-versa. Tal conflito encontra-se no nível do contraponto com a própria realidade a fim de levar o sujeito a buscar meios de identificar e denunciar possíveis opressões que possa estar sofrendo, é um processo de elevação da consciência. Geralmente, é assim que os protagonistas dos movimentos sociais são seduzidos a fazer parte deles, da conscientização acerca da situação vivida e da necessidade de modificá-la. Portanto, mobilização e coletividade são palavras sempre presentes, se não em todos, mas na maioria dos conceitos de movimentos sociais, se mostrando como elementos genuínos destes.

Um movimento social é um ator coletivo, constituído por indivíduos que se percebem possuidores de interesses comuns e, pelo menos numa parte significativa da sua existência social, de uma identidade comum. Os movimentos sociais se distinguem de outros atores coletivos, como partidos políticos e grupos de pressão, pelo fato de terem a mobilização de massas, ou a ameaça de sua mobilização, como sua fonte principal de sanção social e, portanto, de poder. Distinguem-se ainda de outras coletividades, tais como associações de voluntários ou clubes, por estarem preocupados, antes de mais nada, com a defesa ou mudança da sociedade, ou com a posição relativa do grupo na sociedade. (SCOTT *apud* TORRES e MORROW, 2003, p.280)

É importante distinguir um equívoco recorrente quanto a militância nos movimentos sociais. Existem dois tipos de militância ou de militantes, melhor dizendo, há os que participam do movimento por identificação e vivência da causa e os que são simpatizantes e não a vivenciaram de fato, não sentem na pele a problemática levantada. No primeiro caso, as pessoas estão naquele movimento realmente no intuito de resolver um problema que lhe aflige diretamente, aquela causa faz parte de sua vida. No segundo, há o apoio, atuam geralmente como assessores, a sua participação

é legítima e necessária, só que pautada no compromisso político e social, o alcance daquela causa não lhe trará mudanças estruturais diretas.

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. (GOHN, 2004, p. 251)

Um movimento é constituído por naturezas diversas, não são uniformes, a maioria pertence às classes populares, o que não impede que a elite faça parte ou tenha o seu; podem ser conservadores, revolucionários ou progressistas. Entendê-lo implica analisar a sua identidade autodefinida e o seu contexto histórico organizacional para chegar a suas motivações e interesses.

Em primeiro lugar, movimentos sociais devem ser entendidos em seus próprios termos: em outras palavras, eles são o que dizem ser. Em segundo lugar, os movimentos sociais podem ser conservadores, revolucionários, ambas as coisas, ou nenhuma delas. (...) Todos eles são sintomas de nossa sociedade, e todos causam impacto nas estruturas sociais, em diferentes graus de intensidade e resultados distintos que devem ser determinados por meio de pesquisas. (CASTELLS, 1999, p.95)

Gohn (2004) propõe cinco categorias para traduzir as formas de expressão e os tipos de movimentos sociais, permeadas por conceitos como ideologia, participação, articulação política, organização, identidade, projeto sóciopolítico e cultura:

1ª- Movimentos construídos a partir da origem social da instituição que apóia ou abriga seus mandatários; 2ª- Movimentos sociais construídos a partir das características da natureza humana: sexo, idade, raça e cor; 3ª- Movimentos sociais construídos a partir de determinados problemas sociais; 4ª Movimentos sociais construídos em função de questões da conjuntura das políticas de uma nação (socioeconômica, cultural etc.); e 5ª Movimentos sociais construídos a partir de ideologias. (p. 268-271)

Então, como se pode ver trata-se de um fenômeno espaço temporal. Cada movimento tem sua linha de ação e o seu estatuto. A meta a ser atingida depende dos sujeitos que o compõem e do seu contexto. Portanto, para entender a sua dinâmica não deve ser adotado um modelo único, já que possuem elementos similares, mas cada um com suas particularidades. Este pensamento vem se confirmar nos estudos de Gohn (1994, p. 101) que diz: “Os movimentos sociais são históricos e têm, embutidos, uma historicidade particular, que se expressa em suas práticas, na sua composição, em suas articulações e em suas demandas”. Ou seja, trata-se de identificar a sua natureza

ou identidade. “(...) identidade refere-se à autodefinição de movimento, sobre o que ele é, e em nome de quem se pronuncia”. (CASTELLS, 1999, p.95).

(...) um movimento social é composto de naturezas diversas, por isso precisamos decompor sua aparente homogeneidade. (...) o que nós chamamos de movimento social, muitas vezes, contém uma pluralidade de elementos e devemos ser capazes de distingui-los se quisermos entender o resultado de uma ação coletiva. Por isso a importância dos estudos sobre as ações desses sujeitos em seus diferentes enfoques e abordagens, possibilitando analisar as suas formas de organização e suas maneiras de enfrentamento das situações de tensão. (MELUCCI *apud* BELTRAME 2002, p.3) .

Entende-se aqui movimento social como o conjunto de ações coletivas realizadas a fim de atender a demandas materiais ou simbólicas, sendo longos no espaço e no tempo. Essas ações geralmente intencionam pressionar o poder público ou o poder econômico e ocorre em uma esfera não institucionalizada tendo capacidade e organização para ultrapassar este limite. Para a sua efetividade os elementos natureza, identidade e valores comuns entre os protagonistas e o estatuto do movimento são fundamentais.

Os termos movimentos e lutas sociais são tidos como sinônimos em algumas literaturas sobre a sua história no período inicial, isto se dá porque ainda não se tinha uma definição categorizada para separá-los e em grande medida os movimentos são oriundos de lutas sociais. Sendo assim o movimento social é uma forma de luta social, mas nem toda luta é um movimento social. Exemplos de lutas sociais: movimentos sociais, motins, passeatas, greves, rebeliões; exemplos de movimentos sociais: MST, movimentos por moradia, estudantil, de mulheres, negro etc. Diferem por serem os movimentos sociais uma forma de luta mais longa e institucionalizada.

A presença da ação educativa ocupa capítulo significativo na atuação dos movimentos sociais. No viés posto neste trabalho a própria participação na organização e vivência cotidiana já proporcionam um ambiente educativo. Existe uma preocupação por parte dos seus idealizadores em proporcionar formação para os participantes no intuito de fortalecer ou estabelecer o engajamento político e formar novos líderes multiplicadores e perpetuadores de suas bandeiras de luta. É imprescindível esta preparação já que, os movimentos sociais são um instrumento democrático de

reivindicação e de diálogo com os órgãos estatais em busca de soluções para problemas que atingem, geralmente, as camadas mais populares e grupos excluídos da sociedade como, por exemplo, os homossexuais, mulheres e negros, estes precisam ter condições de desenvolver tais diálogos.

Por isso, o trabalho político de formação requer obrigatoriamente uma pedagogia libertária que seja, ao mesmo tempo, uma autopedagogia capaz de unir teoria e prática e de levar adiante a reforma intelectual e moral em diálogo com a classe que vive do próprio trabalho. Em suma, a transformação cultural deve minar as trincheiras e casamatas em que se abrigam os dominantes e o Estado. E esse processo somente pode pulsar nas lutas do povo. (LEHER, 2005, p. 10)

Cada movimento tem sua bandeira de luta particular, segundo os seus interesses. Mas, no que diz respeito ao processo educativo, têm como ponto forte comum a construção da “cidadania”, a cidadania político-social brasileira:

(...) os movimentos sociais, das diferentes camadas sociais, com suas demandas, organizações, práticas e estruturas, possuem um caráter educativo, assimilável aos seus participantes e à sociedade mais ampla. Os resultados deste processo traduzem-se em modos e formas de construção da cidadania político-social brasileira. (GOHN, 1994, p. 111).

Para além da iniciativa do MST, que experienciou a formação de um sistema formal de ensino dentro de seus assentamentos, já é uma realidade dentro dos movimentos sociais a formação sistematizada de seus participantes e este fomento tem gerado o crescimento do número de intelectuais-militantes ativos que produzem conhecimento sobre eles. O movimento negro como colocaremos mais adiante é um exemplo muito rico dessa prática¹², que tem possibilitado a divulgação de informações que podem fortalecer suas lutas, validando a existência daquele movimento em seu contexto.

Cabe aqui devido ao destaque dado a este fenômeno na realidade brasileira e a sua ligação com a educação falar um pouco sobre o caso das ONGs.

A denominação que as caracteriza foi cunhada na Ata de Constituição da ONU - Organização das Nações Unidas, datada de 1946, onde são definidas como “entidades civis sem fins lucrativos, de direito privado, que realizam trabalhos em benefício de uma coletividade” se constituindo em organismos com os

¹² No ponto 4 será relatada a experiência do ICSB em Salvador, que volta suas ações para a educação, sobretudo da juventude negra e de baixa renda.

quais o Conselho Econômico e Social desta entidade poderia estabelecer consultoria. (CABRAL, 2008, p.1)

O surgimento e fortalecimento destes órgãos do terceiro setor que Leher (2005) chama de “nova esquerda” e que explodem no Brasil entre as décadas de 1980 e 90, exigem uma análise cuidadosa, pois sustentando-se sob um discurso de oferecer o que o Estado não oferece desenvolvendo, em sua maioria, atividades educativas o desobrigam de fazer o que lhe são obrigações básicas, fazendo surgir uma espécie de terceirização, já que algumas recebem apoio financeiro estatal se constituindo de certa maneira, como um perpetuador do neoliberalismo. Isso faz com que no seu âmbito organizacional haja quem diga que não há nada de não governamental a não ser a categorização burocrática.

Num primeiro momento, as ONGs se desenvolveram em sua maioria a partir dos trabalhos de educação popular junto às comunidades. Pode-se dizer que foram a existência possível dos movimentos sociais em tempos de ditadura militar, equacionando uma fachada de escola comunitária com uma clandestinidade sempre proporcional à radicalidade de suas ações. (CABRAL, 2008, p.1)

Geralmente, as ONGs cumprem um papel social, mas não são conceitualmente um movimento social, mesmo que pessoas que trabalhem nelas se denominem como militantes de movimento social. É uma das instituições que realizam uma espécie de trabalho comunitário social que começa com a identificação de uma carência em determinada comunidade, onde passam a atuar. As ações em grande parte dão certo e muitas vezes o grupo que as executou, se não começou como ONG se transforma em uma. Hierarquicamente, situam-se no chamado terceiro setor que é formado por organizações privadas de cunho social, mas ao contrário do que se pensa e se divulga o terceiro setor não se constitui enquanto área social. A mídia e o Estado fortalecem a idéia de que é tudo igual, que todos fazem a mesma coisa e se localizam no mesmo patamar numa tentativa tendenciosa de estímulo ao voluntariado, ao trabalho social como expressão da “cidadania e da responsabilidade social”, que são outros aspectos que não vão poder aqui ser aprofundados, para se eximir de suas obrigações.

Se, num primeiro momento, as ONGs surgem a partir dos movimentos sociais, a articulação que fizeram - motivadas pela continuidade de suas ações - teve o mérito de lhes conferir um status de atores sociais dotados de um perfil específico que difere da ação dos movimentos sociais. Enquanto para esses, a essência de sua existência é a da *militância*, para as ONGs o cerne de suas realizações é o trabalho. (CABRAL, 2008, p.3)

Cabral (2008) aponta uma problemática neste setor que é a relação entre militância dentro dos movimentos sociais e emprego nas ONGs. Percebe-se vivenciando o cotidiano das suas atividades que alguns destes trabalhadores na verdade, não se consideram funcionários, como dito antes se autodenominam militantes e na mais sensata das hipóteses educadores sociais. É bem verdade que alguns casos estes vieram de movimentos sociais, possuindo em sua historicidade esta marca que acabam levando para dentro do seu novo espaço de atuação.

Apesar de ocuparem espaços conceituais diferentes movimentos sociais e ONGs têm certa relação colaborativa.

Ao longo de sua história, as ONGs desenvolveram o papel de “assessoria” aos movimentos sociais, ou seja, comprometem-se com as causas dos movimentos, desenvolvem trabalhos com eles - prestam *assessoria*, mas não podem dirigi-los politicamente, nem mesmo podem se submeter às suas decisões. (CABRAL, 2008, p.2)

O cenário revelado neste breve histórico vem reforçar a hipótese de que se trata de um fenômeno que traz um conceito baseado em contextos culturais, econômicos, políticos e sociais e que na contemporaneidade tem crescido a necessidade de ampliar a discussão acerca do tema movimentos sociais, sobretudo no campo educacional, já que acredita-se que a educação ocupa capítulo importante em sua organicidade e atuação tornando-os sujeitos educativos possuidores de ligação íntima com a juventude

É necessária uma abertura ao diálogo, ao debate com as pessoas que pretendem e protagonizam as lutas em favor do socialismo, da autonomia e da liberdade. “Resgatar a tradição crítica para construir práticas necessariamente renovadas” (Leher, 2005). Reunir em um mesmo espaço os movimentos sociais novos e clássicos, as tradições e/ou teorias tradicionais acerca destes com as novas práticas de lutas sociais. É preciso colocar em pauta a produção de conhecimento sobre os conflitos, a caracterização dos protagonistas das lutas e debates sobre as grandes orientações estratégicas.

3. A PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

No intuito de compreender como se dá o envolvimento da juventude com os movimentos sociais e em que medida essa tem sido uma relação de prática educativa é necessário observar em quais aspectos estes se aproximam. Poderia-se dizer de forma sintética que a aproximação se dá quanto ao caráter que possuem de mobilização. Mas, tal afirmação precisa considerar que assim como os movimentos sociais a juventude também possui um conceito polissêmico, que assume vários significados, na medida em que as suas naturezas não são dadas como fruto de um processo homogêneo ou natural. Com suas especificidades, movimentos sociais e juventude(s) acompanham uma dinâmica sociocultural, tornando-se sujeitos ativos no tempo e no espaço, entendidos aqui como fortemente ligados no contexto que se pretende observar, o da esfera da formação político-pedagógica.

3.1. CONCEITO DE JUVENTUDE

Cada época produz um tipo de jovem, atribuindo-lhes um tipo de imagem, em geral, ligada aos fatos e aos contextos políticos e sociais. Dessa forma, como produto de uma sociedade e de uma época, não será possível conceber a juventude como algo dado de forma estanque. Não é, portanto, tarefa fácil definir este conceito porque além de ser considerado um período de vida, seus critérios são históricos e sociais. Neste sentido existem “adolescências e juventudes”¹³ por não se tratar de algo universal, mas de experiências diferentes, que evoluíram e evoluem com o passar do tempo. Em Ciências Sociais a juventude é o “período que compreende o tempo entre o fim da infância e o início da idade madura; pessoas com idade entre 15 e 24 anos” (FGV,

¹³ O termo adolescência está aqui citado por estar atrelado à juventude.

1986, p. 661-2). No Brasil este universo compreende 34 milhões de jovens de acordo com o Censo Demográfico de 2000 do Instituto de Geografia e Estatística - IBGE.

Ainda há que se levar em conta que o ser humano cria a sua identidade na medida em que a associa às características que deseja ter, sobretudo no que diz respeito a estética. “Somos uma sociedade enferma porque ninguém quer ser o que é de fato. A criança quer ser adolescente, o adolescente quer ser jovem, o jovem quer ser adulto e o adulto quer ser jovem” (MILANI, 2007, p. 7).

O limite de idade que compreende a juventude é justificado da seguinte forma: a idade de 15 anos é quando se desenvolvem as funções sexuais e reprodutivas, que definem o fim da infância; e 24 anos é o momento em que normalmente os indivíduos concluem o ciclo da educação formal, ingressam no mercado de trabalho e constituem suas famílias se inserindo na vida adulta (BRASÍLIA, 1998)¹⁴. De qualquer sorte as visões sobre essa conceituação tendem a assumir um caráter ambíguo e arbitrário, pois se mostram por variados vieses e elementos que não estão bem definidos.

Aos jovens é atribuída uma predisposição natural para a rebeldia, como se fossem portadores de uma essência revolucionária salutar, sempre pronta a propor utopias transformadoras - concepção já presente no início do século XIX, na esteira da Revolução Francesa, que se renova e se consolida nos anos 60 do século passado com a mobilização juvenil, de dimensão internacional, no Brasil a luta contra o Regime Militar e a Ditadura, expressa nas imagens do hippie em comunidades alternativas ou do estudante em passeatas, num firme questionamento a padrões culturais e comportamentais, fase fortemente expressa no episódio que ficou conhecido como Maio de 68.

Ao analisar numa perspectiva limitada os fatos ocorridos anteriormente se cria a impressão de que a atual geração de jovens (do século XXI) se apresenta como a

¹⁴ Cf. Introdução aos PCNs, terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental. 4ª parte: Escola, Adolescência e Juventude (p.103-131)

negação da essência juvenil, da imagem mítica dos anos 60 e 70, como se não possuíssem mais o caráter revolucionário e rebelde que outrora lhes fora atribuído.

O problema é que cada época cria uma certa imagem do jovem. Por exemplo, em 1968 era uma minoria que de fato estava engajada na luta social. Mais tarde, (nos anos 80, no Brasil), se criou um grande mito em torno das “Diretas”, e não se fez uma pesquisa em cima da questão, para se definir, por exemplo, onde estavam os outros jovens daquela época. Dá a impressão de que todos os jovens daquele período estavam envolvidos com a questão da mobilização. Provavelmente, esses outros jovens estavam namorando, casando, tendo filhos. Existe realmente esse mito de que a juventude tinha essa inquietação. Mas não podemos definir uma característica sólida sobre determinada época e juventude. (SPOSITO, 2006, p.2).

É importante uma constante reflexão na tentativa de saber que tipo de jovem participa(ou) dos movimentos sociais e de suas lutas; e quais são os movimentos prioritários para essa participação. Para depois investigar em que medida essa relação tem proporcionado um ambiente de formação política e pedagógica pensando na juventude enquanto sujeito social participativo. Portanto, para fins deste estudo é imprescindível, como já feito com os movimentos sociais, fazer uma breve análise da construção do conceito de juventude no intuito de entender quem é o jovem brasileiro que participa ou não dos movimentos sociais e como tem se dado esta dinâmica.

Não se pode perder de vista que ter a juventude como uma fase transitória por si só, impede de vê-la como um sujeito de direitos e agente social com características peculiares. Agindo dessa forma, enfraquece-se a possibilidade de recuperar e analisar criticamente os elementos básicos que constituem as suas identidades e, conseqüentemente, “os jovens passam a ser concebidos pelo negativo, pela ausência, ou seja, não pelo não *sendo*, mas pelo *que serão*” (FRANCO, 2007, p.15). É preciso tomar a transição como algo plural pois:

Tomar a juventude como transição permite incorporar ao discurso dos jovens os conceitos de processo, transformação, temporalidade e historicidade. Desse modo, coloca-se em evidência que a realidade juvenil é determinada por processos de transição desiguais, [que produzem expectativas particulares e personalizadas] a partir de trajetórias diferenciadas que exercem papéis singulares sobre as diversas maneiras de ser jovem. (CASAL *apud* FRANCO, 2007, p.16).

A juventude compreende a passagem da infância para a vida adulta fase marcada pelo momento de definição de valores, construção de projetos de vida,

decisão de postura política e outros fenômenos que delimitam a sua chegada. “A juventude é um tempo que se passa entre o não-mais da infância e o ainda-não da vida adulta” (COSTA, p. 244). Cada sociedade tem características próprias para lidar com este momento, seja por ritos (como nas comunidades indígenas), seja guiadas pelas mudanças biológicas, ou considerando os fatores sociais. A categoria juventude nas sociedades européias, por exemplo, como etapa distinta socialmente, só surge no século XX. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs para o terceiro e quarto ciclo do Ensino Fundamental:

O que fica claro é que a juventude, apesar de todas as transformações físicas que a acompanham, é um fenômeno social e não há definições rígidas do seu começo e do seu final. Tais definições dependem do momento histórico, do contexto social e da própria trajetória familiar e individual de cada jovem. (BRASIL, 1998, p.105).

Em meados do século passado a juventude teve papel de destaque em levantes populares na tentativa de construção de sociedades socialistas, nas quais as desigualdades e opressões fossem eliminadas. Podem ser lembrados como exemplos “no Brasil as manifestações contra o Golpe do Regime Militar (1960-1970), a Revolução Cubana (1959) e dos Cravos (1974), em Portugal” (FRANCO, 2007, p. 14). O próprio Fidel Castro (2005) em um de seus depoimentos diz:

Devemos dizer, com profunda satisfação, que poucas coisas - para nós que vivemos de perto este processo - podem nos dar maior alegria do que esse manifesto, essa declaração que exprime o pensamento dos nossos estudantes, de nossos jovens, porque certamente a juventude teve muito a ver com o processo revolucionário, os estudantes tiveram muito a ver com o nosso processo revolucionário (p.38).

Ultimamente no campo teórico, quando se toca no tema juventude e participação, o uso da expressão protagonismo juvenil está sempre presente, virando praticamente um clichê. Etimologicamente “*protagnostés* significava o ator principal do teatro grego, ou aquele que ocupava o lugar principal em um acontecimento” (SILVA e PACHECO, 2007, p.50). De acordo com estes autores o protagonismo surge no Brasil em 1990, no bojo da experiência de uma nova configuração na cultura escolar que é a da gestão democrática, (participação dos pais, alunos, diretores, de toda comunidade escolar no processo de gestão), explosão das ONGs e fortalecimento das discussões e divulgação da “cidadania”. O protagonismo então, assume um caráter com maior

ênfoque na participação rompendo o destaque para a ação singular, a coletividade ganha a cena. “Além disso, agrega outros conceitos igualmente híbridos, como participação, responsabilidade social, identidade, autonomia e cidadania” (SILVA e PACHECO, 2007, p.51).

Outra caracterização presente, mas ainda não tão popularizada é a resiliência. Trata-se da capacidade de sair de uma situação adversa usando a força da própria situação para se reerguer e encontrar novos caminhos. A ação das ONGs geralmente utiliza muito desse conceito como ponto de partida para trabalhar com os jovens, já que as suas fragilidades são postas à mostra nas atividades de autoconhecimento, construção de cumplicidade coletiva e outras situações que os levam a refletir sobre a sua realidade. Em um trabalho responsável não cabe mexer com essas dores e deixar que se resolvam por si sós, os educadores têm que saber conduzir o processo de modo a que seja benéfico para os envolvidos. Nos movimentos sociais esse processo também se faz presente, já que têm como mola propulsora a reflexão sobre realidade vivida e a crença na mudança.

Resiliência significa a capacidade das pessoas resistirem à adversidade, valendo-se da experiência assim adquirida para construir novas habilidades e comportamentos que lhes permitam sobrepor-se às condições adversas e alcançar melhor qualidade de vida (SILVA e PACHECO, 2007, p.51).

Autores como: Sposito (2005; 2006), Franco (2007), Abramovay (2002; 2003), Milani (2007), Castro (2002; 2003) dentre outros têm se ocupado em explicitar que a juventude vem sendo vítima de mecanismos de alienação que estão enfraquecendo a mobilização, o protagonismo e o desejo de mudar o mundo, prevalecendo cada vez mais a sensação de que não se pode mudar as coisas, tal fatalismo, as angústias e a falta de projeto e de sentido para a vida podem estar produzindo uma geração cada vez mais individualista e menos engajada socialmente. A juventude sente dificuldade em assumir uma causa seja social, ecológica ou religiosa. Mas visto por outra ótica, mesmo quando tida como uma geração individualista, é considerada ainda uma fatia composta por agentes propulsores de mudanças:

indivíduos ativos, emergentes, desprovidos de preconceitos, comunicativos, amistosos, generosos e confiáveis. Por outro lado, são vistos pela ótica negativa dos problemas sociais, seja como protagonistas de uma crise de

valores e de um conflito de gerações, seja como portadores de defeitos (FRANCO, 2007, p. 16).

A consideração de que a juventude é apática nos dias atuais precisaria ser pautada com maior consistência, pois se estão apáticos é porque são construídos para serem assim. E por outro lado, faltam políticas públicas para a juventude, estudos sobre o seu universo e estímulo para a mobilização. Perder de vista que isto é fruto de uma época seria uma ingenuidade, os próprios movimentos sociais recrudesceram e ganharam novos moldes em um determinado período por conta de acontecimentos que sobrepunham a sua tradicional força.

Não é possível entender a juventude de hoje invocando as lembranças da própria juventude; para se compreender os jovens da atualidade, é preciso despir-se de modelos e preconceitos e analisá-los à luz das transformações socioculturais, compreendendo que a diversidade é uma marca desse tempo (BRASIL, 1998, p.112).

Mesmo a mobilização sendo uma característica atribuída de forma inerente a esta fase, os mecanismos de alienação conseguem minar este processo enfraquecendo a formação de uma consciência revolucionária e ciente dos mecanismos dos quais são vítimas. Um dos espaços que concorrem para tal alienação é a escola com o arquétipo que se apresenta para a juventude hoje. É possível supor que ela deveria ser uma ferramenta para o jovem conhecer melhor a própria comunidade e a sociedade, para poder participar efetivamente como protagonista da sua história, Franco (2007) corrobora com esse ideal trazendo a escola como fomentadora de uma linha de educação para a mudança: “Enquanto a escola não assumir para si a formação de jovens competentes, informados e conscientes, pouco estará colaborando para a necessária ruptura da alienação e da absorção acrítica de modelos criados em outras instâncias e inadequados à nossa realidade’ (p. 18-9).

Ribeiro (2004) em trabalho intitulado - Política e juventude: o que fica da energia, coloca pontos que levam a perceber e reforçar a íntima relação entre a juventude e o cenário político nacional, enfatiza a questão da imagem da juventude hoje “justificando-a” como um reflexo do próprio quadro político que então se configura.

Hoje a participação política dos jovens não chama a atenção como no passado. Falando-se dos jovens de 1968 ou de 1984, a primeira imagem que

nos virá (ou que vinha) ao espírito é a das passeatas na rua; a maior parte deles podia ter outros sonhos, mas a imagem é essa – que não é a que se tem dos jovens atuais, quando a ênfase parece estar em outras relações, mais grupais, menos totalizáveis, de vínculos que vão e vêm, de experiências (p.32).

A juventude brasileira vive em uma sociedade permeada pela violência, pelo preconceito de cor e raça, gênero, pelas pressões mercadológicas e do mundo do trabalho. Um turbilhão de problemas onde ainda há que se acrescentar a crise da estrutura familiar. Crises que se encontram no bojo dos conflitos entre as classes e que se estruturam, de certa forma, sobre as faces do capital. Então pensar “nestes sujeitos” isoladamente não dá conta de traduzí-los. Uma das possibilidades é pensá-los tendo a família como referência e refletir sobre esta enquanto instituição que passa por uma reestruturação que a sociedade ainda não conseguiu avançar no sentido de entendê-la e que acabam por gerar crises ou dificuldades na conduta de suas novas gerações. “É precisamente a partir das referências familiares que este ‘indivíduo’ se constitui socialmente. O indivíduo moderno supõe ao mesmo tempo a noção de família como um universo privado, com uma história pensada pelos atores como singular” (SARTI, 2004, p.118).

A abordagem do tema família inspira cuidados por assumir padrões diferenciados. Seja o que a pessoa entende como sendo família, seja a família biológica, ou o modelo clássico patriarcal (mãe, pai e filhos), ou ainda a referência que a pessoa busca fora de casa para definir sua identidade em outros ambientes. E este processo de formação de identidade “é penoso e complicado” (SOARES, 2004, p. 137).

Concebida como uma realidade que se constitui, portanto, pela linguagem, socialmente elaborada e internalizada pelos indivíduos por um mecanismo necessariamente relacional, a família torna-se um campo privilegiado para se pensar a relação entre o indivíduo e a sociedade, o subjetivo e o objetivo, o biológico e o social. (...) Os jovens caracterizam-se precisamente pela busca de outros referenciais para a construção de sua identidade fora da família, como parte de seu processo de individuação, perante o mundo familiar e social (SARTI, 2004, p. 117; 123).

O processo é tão penoso e complicado que a juventude como um sintoma da cultura torna-se um alvo fácil. As suas necessidades são aproveitadas como espaço, como oportunidade para ganhar dinheiro no sistema capitalista. Segundo a autora (KEHL, 2004, p. 90) se há esse ser mal definido fazendo parte da sociedade, que se faça

dele um objeto consumidor. Neste rumo as visões e as conceituações encontram-se em um continuum onde são constantemente (re) criadas. A pré-adolescência, por exemplo, é uma construção mercadológica que foi incorporada pelas crianças de 8 e 9 anos, recentemente, para determinar uma fase onde as crianças já não se consideram como crianças, embora não sejam ainda adolescentes. Dessa forma, a sociedade vai atribuindo à juventude tudo que lhe é conveniente em termos de padrões não normatizados.

Jovem era o significante para tudo o que até então vivia nos porões da civilização. Jovem era a inteligência quando se aventurava a pensar para além dos cânones universitários. Jovem era a rebeldia contra os padrões estabelecidos, contra a moral hipócrita que sacrificava os prazeres do corpo em nome de uma dignidade vazia. Jovem era a adesão a utopias políticas que propunham um futuro melhor (KEHL, 2004, p. 91).

É preocupante que a juventude esteja sendo assolada pelo mal da violência e dos transtornos causados pelo caos socioeconômico. Os jovens estão a cada dia morrendo mais cedo, tendo filhos, abandonando as escolas para sustentar suas famílias, entrando precocemente no mercado de trabalho, se submetendo a situações de subemprego.

Como tudo no Brasil, também a vitimização letal se distribui de forma desigual: são sobretudo os jovens pobres e negros, do sexo masculino, entre 15 e 24 anos, que têm pago com a vida o preço de nossa insensatez coletiva. O problema alcançou um ponto tão grave que já há um *déficit* de jovens do sexo masculino na estrutura demográfica brasileira. Um déficit que só se verifica nas sociedades que estão em guerra. Portanto, apesar de não estarmos em guerra, experimentamos as conseqüências típicas de uma guerra. Nesse caso, uma guerra fratricida e autofágica, na qual meninos sem perspectiva e esperança, recrutados pelo tráfico de armas e drogas (e por outras dinâmicas criminais), matam seus irmãos, condenando-se também eles, a uma provável morte violenta e precoce, no círculo vicioso da tragédia (SOARES, 2004, p. 130-131).

É necessário repudiar esta situação e não cair no estigma de que todo jovem negro e pobre é ou vai enveredar no caminho da criminalidade. Muitas dessas vítimas morrem ou são presas injustamente se tornando estatística no rol de um sistema educativo e de segurança que não dá conta de tratar das suas mazelas. As crianças, os idosos e os adultos, também sofrem violências, mas:

A violência física é jovem, no Brasil ou em qualquer lugar. Não ocorre só entre jovens é claro. Varia segundo o tipo de violência. É inegável, no entanto, que estatisticamente concentra-se na juventude (...) É na adolescência e na

juventude, período de maior liberdade, que os riscos se acumulam. Liberdade e risco são duas faces de uma mesma figura (FERNANDES, 2004, p. 260-1).

Ao analisar a situação exposta por Soares (2004) aparecem as vulnerabilidades¹⁵. É comum escutar ou encontrar nos estudos acadêmicos, sociológicos, dentre outros: “jovens em situação de vulnerabilidade”. Abramovay (2002; 2003; 2004), Castro (2002; 2003; 2004), Sposito (2005; 2006) e Abramo (2004) são alguns dos pesquisadores que dão enfoque a esta temática, propondo inclusive de uma forma mais ampliada que as vulnerabilidades podem tanto ser positivas quanto negativas (Castro; Abramovay, 2004). Destacam ainda que faltam políticas públicas que dêem conta de “cuidar” da juventude brasileira.

Na área social, o Brasil tem a tradição de voltar políticas para basicamente dois públicos-alvo – os pagantes e os não-pagantes -, segmentados em grandes grupos: crianças, gestantes, portadores de deficiência física ou necessitados de cuidados especiais e, num período bem mais recente, pessoas idosas. Os jovens, tidos em geral como portadores do futuro, e de um futuro sempre promissor, não cabem nesse desenho (COHN, 2004, p. 160).

Mas se a situação de degradação dos jovens preocupa, por outro lado, deve-se atentar para o sucesso que muitos estão trilhando ao conseguirem barrar este fatalismo. As políticas para a juventude precisam estar de acordo com o fato de que é preciso focar a juventude nas suas reais necessidades no intuito de aprimorar e atualizar o que lhes é oferecido, considerando as particularidades de cada um e o que lhe é exigido enquanto sujeito social participativo.

Se muitos são os jovens envolvidos em violências, muitos também são os jovens que estão tocando suas vidas, sobrevivendo, pavimentando carreiras, como são muitos os envolvidos em experiências de cultura, de empreendedorismo, de atividades comunitárias. São jovens que, vivendo em áreas de pobreza, reagiram por sua conta ou com a colaboração de instituições várias, que estão em projetos artísticos, ecológicos, político-partidários ou desempenhando ações em áreas de carência, ou seja, que mudaram os sinais das vulnerabilidades. Tais jovens precisam de políticas, de amparo do Estado para prosseguir em tal ativismo, em tal rumo (ABRAMOVAY; CASTRO, 2004, p. 11).

Recentemente, mais especificamente no ano de 2004, o governo federal deu um ponta pé considerável no caminho de solucionar a falta das políticas públicas para a juventude ao propor a elaboração de uma Política Nacional de Juventude. “Hoje no

¹⁵ Qualidade ou efeito de vulnerável.

Brasil vêm se articulando ações e debates para estruturar políticas públicas de juventudes, reconhecendo-se assim os jovens como sujeitos de direito” (CASTRO, 2004, p. 275). Porém, a iniciativa encontra entraves por se constituir em um processo que depende de múltiplas categorizações.

Castro e Abramovay (2004) vêm realizando uma pesquisa nacional encomendada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO com o objetivo de construir documentos que subsidiem tais políticas. Os dados das análises revelam o perfil da juventude brasileira em todos os seus aspectos e dizem que quase 50% estão fora das escolas, que as meninas a cada dia engravidam mais cedo, que a entrada no mercado de trabalho substitui as atividades que seriam inerentes dessa fase como o lazer, a educação e a formação. “Afetam a geração dos jovens, o desencanto, as incertezas em relação ao futuro, o distanciamento em relação às instituições, a descrença na sua legitimidade e na política formal, além de resistência a autoritarismos e ‘adulocracia’” (ABRAMOVAY; CASTRO, 2002, p. 4).

Castro (2004) aponta que a elaboração dessa política deve acessar as questões que tangem o “gênero e a raça, para além da classe social focalizando juventudes”. Ela entende este viés como saída tanto para abranger e cuidar da problemática de forma efetiva, quanto para aprender com o movimento das mulheres e o negro, que já avançaram em termos de experiência e de diálogo com a esfera de implementações políticas. Recortar o item juventude não dá conta do que se pretende. Até porque um jovem não pertence só a categoria jovem. Ele tem uma cor, um sexo e uma classe social que interferem e determinam o seu trânsito na sociedade.

Os jovens sentem-se discriminados por várias razões: por serem jovens, pelo fato de morarem em bairros da periferia ou favelas, pela sua aparência física, pela maneira como se vestem, pelas dificuldades de encontrar trabalho, pela condição racial e até pela impossibilidade de se inscreverem nas escolas de outros bairros. Há reações contra os jovens que aprendem dança e música, e eles próprios são violentos contra os homossexuais, ou seja, reproduzem discriminações. (ABRAMOVAY; CASTRO, 2002, p. 15).

Será que os jovens são a vanguarda que transformará o país? Ou a geração que recebe e trata de transmitir a herança cultural recebida já pronta da sociedade?

Viu-se aqui que a categoria juventude assim como os movimentos sociais está sob o julgo de definições ambíguas, arbitrárias e de difícil conceituação. As definições que vêm de correntes ideológicas distintas, colocam uma carga, uma expectativa, enunciam um papel social a ser cumprido pelas novas gerações. Com essas expectativas, constroem-se ideais e modelos de juventudes segmentadas por duas visões: uma geralmente mais tradicional, da juventude como responsável pela reprodução da herança cultural de uma sociedade, e aí a preocupação com suas posturas de cunho político, para que ocorram dentro de um padrão esperado; outra, a visão de que a juventude é obrigatoriamente a energia revitalizante de uma sociedade, ou seja, têm a responsabilidade não de reproduzir, mas de questionar e transformar as condições sociais de seu grupo.

3.2. MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO LÓCUS PRIORITÁRIO DE ENGAJAMENTO DA JUVENTUDE

*"Mataram um estudante. E se fosse seu filho?"
(Brasil, 1968)*

É patente o fato de o movimento estudantil ser representativo da participação da juventude nos movimentos sociais, como também a sua importante presença na trajetória histórica do Brasil em seus mais amplos acontecimentos. Quanto a sua constituição é perceptível que permite a integração de vários grupos dentro da categoria estudantes agregados em um único movimento: "queremos assinalar que compreendemos que o movimento estudantil é antes de tudo, um movimento plural, capaz de se expressar através de vários grupos que se potencializam no cotidiano dos estudantes". (MESQUITA, 2008, p.1)

Recorreu-se na pesquisa sobre o aspecto proposto neste tópico a: Abramovay (2002; 2003), Castro (2002; 2003), Sposito (2005; 2006), Souza e Silva (2002; 2006) já citados anteriormente como algumas das referências que têm se ocupado da temática

juventude, acrescentando Melluci (1996), Figueiredo (1997), Souza (1997), Rabat (2002), Pacheco (2007), Silva (2007) e Mesquita (2008) utilizados aqui como referências para refletir sobre a participação e a relação entre os movimentos e a juventude dando destaque para o movimento estudantil.

Desde meados do século XIX podem ser identificadas ações estudantis na sociedade brasileira. Em 1896 no estado de São Paulo estudantes protestaram “contra artigo ofensivo à mulher brasileira, de desagravo a professores, apoio à guerra contra a Alemanha por esta ter torpedeado navio brasileiro, protesto contra o governo etc” (GOHN, 2001, p. 58). No começo do século XX os estudantes, mais ligados à esquerda antifascista, lutavam para ter um movimento estudantil brasileiro organizado, mesmo enfrentando fortes e intensas repressões policiais.

Nas palavras de Rabat (2002, p. 7) “Na primeira metade da década de 30 os estudantes mais engajados já lutavam contra a falta de um movimento estudantil nacional e permanente”. Neste período a Casa do Estudante do Brasil, entidade que gozava de certo prestígio junto ao poder público, possibilitou a formação do Conselho Nacional de Estudantes que se desdobraria na criação da UNE. Mais tarde o movimento vai adquirindo maior autonomia e tomando contornos independentes, inclusive em relação à Casa do Estudante.

O 1º Congresso Nacional de Estudantes, instalado em 11 de agosto de 1937, na Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, dá início a um processo, que não mais se interrompeu, de reuniões regulares e de esforços para a organização dos estudantes, tendo por um dos momentos mais importantes a aprovação, em 22 de dezembro de 1938, do Estatuto da União Nacional dos Estudantes (RABAT, 2002, p. 9).

A criação da UNE está diretamente condicionada à conjuntura econômica, política e social do país.

Os últimos anos da década de 30 assistiram a um imenso avanço do movimento estudantil: a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), uma das nossas primeiras organizações de representação de grupos de dimensão nacional. A análise do percurso dessa instituição é reveladora das peculiaridades da relação dos jovens com os movimentos sociais (RABAT, 2002, p.7).

Esta entidade ganha força e notoriedade quando passa a atuar decididamente na campanha contra o eixo fascista da Segunda Guerra Mundial e contra a ditadura estadonovista. No entanto, se a postura antifascista era inequívoca, também é certo que o movimento estudantil mantinha canais de comunicação com setores do governo, tendo espaço para negociar. No final do Estado Novo, para citar um exemplo de situação ambígua, a maioria da UNE se aproximou da União Democrática Nacional - UDN, apoiando a deposição imediata de Getúlio Vargas, mas a parte mais esquerdista do movimento, seguindo o Partido Comunista, aderiu aos ideais constituintes com Getúlio.

O Brasil era cada vez menos uma constelação de regiões relativamente separadas e se tornava cada vez mais um país integrado. A história posterior do movimento estudantil mostrará, também, profunda imbricação com a dinâmica histórica geral da nação – e até com a história mundial. (RABAT, 2002, p. 7)

No ano de 1932 eclodiu a Revolução Constitucionalista em São Paulo que teve seu estopim com a invasão da Legião Revolucionária por um grupo de estudantes. Esta entidade era liderada pelo chefe de polícia Miguel Costa, nomeado por Getúlio Vargas, para organizar operários e desempregados de forma independente contra o interventor do Estado, também nomeado por Getúlio, mas divergências políticas possibilitaram a reabertura do Partido Comunista no estado, reascendendo a oposição entre comunistas e militares. Na invasão os estudantes foram recebidos a balas e quatro morreram (Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo) as letras iniciais de seus nomes darão origem ao MMDC – Movimento Constitucionalista (GOHN, 2001, p. 85).

Muitas foram as vítimas da repressão que acabaram por morrer durante as manifestações, mas nenhuma talvez tenha causado tanta comoção, na população em geral, como a do secundarista Edson Luís. Ele foi morto no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, durante protesto à má alimentação servida lá. “Além de uma greve imediata nas faculdades, a morte de Edson Luís provocou a simpatia de alguns setores da população ao movimento dos estudantes, que não sabiam o que fazer, no entanto, com essa adesão popular inesperada” (MACHADO, 1979, p. 59).

Para Rabat (2002) a participação da juventude universitária nas campanhas abolicionista e republicana ganhou mais força pela integração da juventude militar, segundo ele os jovens militares não são lembrados com freqüência nos escritos sobre este período “um período em que os jovens universitários e militares atuavam com freqüência de maneira integrada” (p. 5) e:

Vários fatores colaboravam para que eles assumissem a tarefa. Eram jovens – e como tais não se sentiam ligados à estrutura antiga. Sentiam-se impelidos a criar um mundo novo, um mundo em que houvesse um lugar melhor para eles e para tantos outros como eles. Ademais, dispunham de mecanismos de articulação política e de ação pelo simples fato de fazerem parte de uma organização nacionalmente implantada como o Exército. Por fim, o momento histórico realmente exigia intervenção (p. 6).

Em 1964, atuam firmemente contra a ditadura e “além do caráter geral da luta política, existe uma reação contra os planos do novo regime no campo específico da educação” (RABAT, 2002, p.8), posteriormente em 1968, com o seu apogeu irá representar os interesses das classes populares, não apenas os dos estudantes isto porquê: “A universidade, em particular a pública, representou um espaço de organização popular, a exemplo da Igreja nos anos 70” (GOHN, 2001, p.106). E “ademais, os estudantes lutam em defesa de suas entidades representativas, pois foi decretada a ilegalidade da UNE, das Uniões de Estudantes dos Estados e dos Diretórios Acadêmicos” (RABAT, 2002, p. 7- 8).

A UNE, então na clandestinidade, comandou a ação dos estudantes, de forma que era um movimento de massas e não um movimento de lideranças. Como os partidos oficiais existentes eram detestados pelos estudantes, o movimento era político sem ser político-partidário, embora as facções da esquerda e do movimento da Igreja estivessem muito presentes no interior das ações e suas orientações. Ou seja, a grande massa de estudantes e de populares que participavam das passeatas faziam-no por se identificarem com o movimento. Não havia o sentimento de instrumentalização, de aparelhamento, que passou a ocorrer no ME¹⁶ nos anos 80. (GOHN, 2001, p.107)

O envolvimento com a política partidária impactou o direcionamento das ações do movimento estudantil lhes atribuindo um novo caráter.

As reivindicações específicas do setor estudantil passavam rapidamente para uma manifestação política paralela. As greves ou passeatas que se iniciavam com o *slogan* “Mais vagas e mais verbas” terminavam, após o confronto com a polícia, em gritos de “Abaixo a ditadura”. (...) - *O ano de 1968* – relembra Jean

¹⁶ Movimento Estudantil.

Marc – *encontra a direção do movimento estudantil extremamente cautelosa, sem grande expectativa de mobilização.* (...) Numa época de cultivo ao mito das lideranças, estas possuíam condições de imprimir seus rumos pessoais à trajetória indefinida da massa estudantil. (MACHADO, 1979, p. 58; 61).

A luta armada, assim como em outros movimentos sociais, chega ao movimento estudantil e leva muitos dos seus militantes à condenação, quando não processados e presos, boa parte passa pela experiência do exílio.

Parte considerável dos membros mais decididos do movimento estudantil acaba por aderir à luta armada. Entre os membros da esquerda armada que chegaram a ser processados, nada menos que trinta por cento eram estudantes; e cinquenta por cento tinham até 25 anos (apenas 15% tinham mais de 35 anos). Mais uma vez, portanto, a juventude mostrou sua disposição para lutar por ideais que ultrapassam seus interesses imediatos. (RABAT, 2002, p. 8)

No bojo das linhas de ação deste movimento social as diferentes formas de expressão sempre foram contempladas, em especial no que tange às representações culturais. O Centro Popular de Cultura – CPC da UNE, na década de 1963/4 produziu um momento de agitação cultural ímpar na história do país. Os filmes, peças de teatro, músicas, livros consolidaram uma influência, que perdura até os dias de hoje, sobre toda uma geração. Atualmente, a UNE mantém o viés da cultura e desde 1999 começou a realizar a Bienal de Arte, Ciência e Cultura que “surgiu da necessidade da construção de um espaço que fosse capaz de atrair as redes juvenis dispersas, conectando-as” (MESQUITA, 2008, p.2) em um ambiente propício as linguagens do cinema, música, dança, teatro, literatura, vídeo, dentre outros.

O entendimento sobre cultura no CPC naquele tempo (1964) tinha cunho objetivamente de (in) formação e de mobilização política da sociedade, era a arte como expressão política, hoje este sentido não foi perdido, porém se dinamizam mais com o propósito de articulação para mapear e disseminar as informações e produções culturais de cada local com o objetivo de potencializar a produção da arte universitária, para tanto foi criado o Centro universitário de Cultura e Arte – CUCA¹⁷.

¹⁷ Existem 12 núcleos em 11 estados brasileiros: Recife/PE, Campina Grande/ PB, Salvador/ Ba, Vitória / Es, Porto Alegre/ RS, Curitiba/ PR, Barra do Garça/ MT, Brasília/ DF, Rio de Janeiro/ RJ, São Paulo/ SP, Manaus/ AM e Parintins/ AM.

Na década de 60, os estudantes eram os sujeitos históricos que iriam politizar a sociedade brasileira. Na década de 90, os estudantes dispersos significam a cultura como meio e possibilidade de encontro deles mesmos com seus projetos. Na concretização do encontro, o aparecimento do político e da crítica social. Na manifestação artística os estudantes mostram que “mais do que querer mudar o país, querem compreendê-lo”. (MESQUITA, 2008, p.3)

Assim como ocorre na trajetória dos movimentos sociais em geral o movimento estudantil também integra em suas pautas questões de gênero, raça, cultura, minorias etc, segundo Mesquita (2008), influenciados pelos novos movimentos sociais. Portanto, são desenhados novos elementos que traduzem novas demandas da juventude e outras formas organizativas. Um dos exemplos é que o movimento estudantil inovou em suas ações concretas realizando o que ficou conhecido como estágio de vivência que “objetiva, ao colocar o estudante em contato com realidades marcadamente populares, formá-lo e sensibilizá-lo para as lutas sociais” (MESQUITA, 2008, p.3). Dessa maneira, procura-se estimulá-los a, por exemplo, realizar projetos em parceria com trabalhadores rurais visando a agricultura familiar e socialização de técnicas de cultivo, enfim é uma oportunidade de troca de saberes e de cumprir a função social da universidade.

Assim, além de ter um cunho formativo no desenvolvimento profissional dos estudantes, o estágio de vivência desempenha um papel de formação política, chamando os estudantes para uma atuação mais comprometida com os segmentos populares. Portanto, com uma atuação diferenciada, podemos afirmar que as Executivas têm revelado um importante papel na construção de novos espaços de participação no movimento estudantil, rearticulando-o e agregando estudantes que, de outra forma, não se organizariam (MESQUITA, 2008, p.5).

O que fica entendido do movimento estudantil como espaço prioritário da participação juvenil é que a literatura é vasta e atraente ao tratar deste tema, porém como verificou-se com o caso da juventude, é também visto com os olhos do passado, o que denota o ideal de uma sociedade que por um lado de forma positiva não abandona os fatos pretéritos, mas por outro limita o entendimento de que o tempo é mutável e empresta esta característica aos sujeitos no espaço nas suas formas de organização. O movimento estudantil é uma manifestação que atualmente encontrou outras formas de atuação que podem parecer caladas, emudecidas, mas resistentes dentro de seu contexto. E é imprescindível expor que se nota que os estudantes envolvidos adquirem certa notoriedade por serem submetidos às situações de

constantemente diálogos e desafio de assumir posicionamentos sobre sua causa. Caberia aqui falar sobre vários outros acontecimentos marcantes para a compreensão do movimento estudantil, mas não seria exequível para este momento e espaço. Mas para concluir nas palavras de Pronzato (2005) sobre a “Revolta do Buzu”¹⁸ em Salvador em 2003:

Com a Revolta do Buzu iniciou-se uma nova etapa no movimento estudantil brasileiro. A suposta passividade de uma juventude que diziam ser “alienada” foi varrida por uma multidão incontrolável de estudantes dispostos a tudo para conseguir o que queriam. O que será feito dessa geração que aprendeu tão cedo a aterrorizar governantes e empresários como espectro da revolta? (p.40)

3.2.1. A relação e o posicionamento da juventude nos movimentos sociais

A análise da participação ou não-participação da juventude em movimentos sociais apresenta inúmeras nuances, a exigir a colaboração de diversas áreas do conhecimento, da psicologia à sociologia e à história, até da biologia. (RABAT, 2002, p.3)

Do visto até aqui empreende-se que esta tem sido uma relação íntima que ocupa lugar de destaque na história dos movimentos sociais e da própria juventude. Vale esclarecer que do muito que se tem produzido na área uma boa parte se atém a projetos sociais direcionadas à juventude, não aos movimentos sociais. E que o mais corriqueiro é encontrar a juventude como ator dos movimentos sociais aliada ao movimento estudantil. É bem verdade que este seja um movimento emblemático da sua participação, mas a título de observar como tem sido esta relação, não se pode esquecer que em outros movimentos a juventude também está presente, inclusive com a existência de setores destinados à ela.

¹⁸ Manifestação ocorrida em Salvador - Ba, no ano de 2003, contra o aumento da tarifa de ônibus de R\$ 1,30 para R\$1,50.

Existem vários questionamentos a se fazer sobre a relação e o posicionamento da juventude nos movimentos sociais. Qual papel os jovens estão ocupando nos movimentos sociais? Será que o apelo a sua participação visa a formação de novos quadros de dirigentes políticos? Ou que a sua força está mesmo no plano ideal de formá-los para discutir e dialogar sobre suas reivindicações com os respectivos órgãos? Ou ainda se se reduz à garantia de perpetuação de determinados grupos, já que afinal são necessários militantes novos? Na verdade a resposta a todas estas perguntas pode ser positiva, pois ocorrem todas as hipóteses.

Um dos aspectos da participação da juventude em movimentos sociais diz respeito ao futuro político do país, se for considerada a possibilidade de que jovens com consciência e engajamento político podem ser os prováveis futuros chefes de Estado, se observará que o envolvimento com os movimentos sociais proporciona uma via de fomento para este campo que se revela como um fato tanto positivo, quanto negativo.

É que os momentos de maior participação (da juventude) são também momentos privilegiados de formação de quadros para a vida futura da sociedade. Não há apenas uma tendência da juventude para a ação social; há também como que um chamado da própria sociedade para que os jovens se mostrem dispostos à intervenção, porque é assim que ela renova seus quadros dirigentes (RABAT, 2002, p. 4).

Nem todos os jovens participam de movimentos sociais, já se sabe que essa é uma opinião sustentada pela idéia da inclinação natural e uniformidade de interesses desse público. A medida e o condicionamento desta participação depende de uma identidade que está relacionada com a condição que habilita o sujeito a fazer parte de determinado grupo ou movimento social.

Entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo. (...) No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. (CASTELLS, 1999, p. 22)

O processo de encontro entre os movimentos e os sujeitos se dá mediante a identificação prévia de algo que os una, para depois suas trajetórias se imbricarem no amadurecimento da experiência. A experiência dá o sentido da existência. O sujeito ao passar pelo processo de elevação da consciência que o leva a lutar por direitos que lhe

foram negados e identificar um movimento que faça isso imprime em sua história a possibilidade de um futuro diferenciado. Acredita-se ser isto que a juventude busca ao sair para luta.

A respeito da concepção de sujeito Castells (1999, p. 26) explicita que: “não são indivíduos, são o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência”, e em termos de permanência e de papel social inter-relacionando sujeito e coletividade Beltrame citando Melucci (2002) fala:

A permanência de um sujeito no tempo é garantida pela integração entre passado, presente e futuro, construindo uma biografia individual que lhe permite diferenciar-se dos demais. A identidade, portanto, se define como o conjunto de representações do eu pelo qual o sujeito comprova que é sempre igual a si mesmo e diferente dos demais (p.10).

Há uma tendência por parte de alguns pesquisadores do tema juventude, Milani (2007), Puglisi (2007) e Franco (2007), a defender que os movimentos protagonizados pela juventude atualmente assumem um caráter mais cultural do que social. Justificam o fato afirmando que eles sofrem influência da mídia, de modo negativo, causando o enfraquecimento dos movimentos de luta e de contestação já existentes e que têm uma linha de ação já consolidada, apontam que em alguns casos específicos podem até ser de protestos contextualizados, mas são individualistas e efêmeros.

Embora participem, em grupo, de movimentos culturais e até de protestos, nota-se que tais movimentos estão circunscritos a situações contextuais, personalizadas e, muitas vezes, incentivados pela mídia. Distanciam-se, pois, de movimentos contestadores mais amplos e vinculados à decepção e desagrado frente à situação política do país e suas desastrosas conseqüências (FRANCO, 2007, p.15).

Discorda-se com esta visão no sentido em que também no século passado, ou pelo menos nas leituras de hoje sobre ele, a tendência cultural e de modismos também existiram. O próprio Maio de 68 embora tenha tido um cunho de mobilização muito intenso, ficou a desejar no quesito político, que era o seu objetivo, há críticos e até participantes do acontecimento defendendo que as suas conseqüências ficaram mais no campo cultural.

O mais rebelde dos anos começou como uma festa de jovens ricos. E não teve estofo para balançar a política ou a economia. (...) Mas o resultado final foi

tímido. As estruturas de poder, político e econômico, permaneceram intocadas. Não mudaram nem nos países em que a adesão ao espírito de 1968 se deu em torno de questões mais concretas, como nos EUA e o Brasil. (IOSCHPE, 2007, p.32)

Talvez isso se dê porquê não se tem considerado, de alguma forma, que a categoria juventude carrega em si a complexidade de ser “talvez, de todos os grupos mobilizáveis, aquele identificado pela característica (a idade) mais transitória” (RABAT, 2002, p.4) e na verdade esteja sendo exigido para ela características rígidas que perpassariam qualquer tempo e juventude. “As atuais tendências emergentes no âmbito da cultura e da ação juvenil têm que ser entendidas a partir de uma perspectiva macro-sociológica e, simultaneamente, através da consideração de experiências individuais na vida diária” (MELLUCI, 1996, p.5).

Mas os indivíduos que compõem a categoria “juventude” estão sempre mudando. Isto traz algumas questões para a análise. Uma: a transitoriedade da situação tem influência sobre o tipo de questão que mobiliza os jovens? Outra: há interesses específicos da juventude? Terceira: o que acontece com os jovens que se inserem em movimentos sociais juvenis quando chegam à idade adulta? E muitas outras questões desse tipo podem ser levantadas (RABAT, 2002, p. 3-4).

Não cabe, portanto julgar movimentos juvenis de hoje como apáticos simplesmente comparando-os com os de ontem. As manifestações de cunho tribal, as modas, as tendências fazem parte do processo de construção do perfil do ser humano e se dão justamente no período da juventude que talvez por essa imensidão de decisões e experiências complexas seja tão visada e rotulada.

Quando a conjuntura política e social afetada, sobremaneira, pelos acontecimentos das décadas de 1980-90, momento no qual os efeitos do neoliberalismo e da globalização atingem as tentativas de manifestações de forma a paralisá-las na medida em que chega a um ponto onde acreditar na mudança e fazê-la acontecer acompanhando ao mesmo tempo a dinâmica dos acontecimentos torna-se tarefa difícil, o famoso slogan disseminado em 1968: “Sejamos realistas, exijamos o impossível”, talvez tenha dado lugar ao “façamos as mudanças na medida do possível”. Isto vai ser sentido com força no cenário dos movimentos sociais e nas formas de

atuação juvenis, exigindo um esforço para entender este novo momento que se anuncia.

O século XXI impõe sim uma postura individualista, mas isso não é algo que foi produzido por esta geração, mas um dos frutos do modelo econômico que o país segue. O rock, o hip-hop, o rap, o break, o grafitti dentre outras formas de expressão de cunho artístico e cultural, servem para identificar as pessoas em seus grupos, seus guetos¹⁹ e como forma legítima de protesto. As letras das canções, os desenhos, a dança, geralmente, são denunciadoras de realidades adversas que estão sendo faladas de outra forma. Alguns jovens entram ou fundam movimentos que dialogam de outra maneira, mas qual o problema em cantar ou dançar como linguagem de denúncia? Cabe destacar, inclusive, que estas manifestações culturais têm sido saída para a situação de constante exposição à violência que os jovens brasileiros sofrem. O lazer pode associar-se tanto a estímulo como a antídoto contra violências.

Nossa tremenda sorte é o fato de que, no Brasil, a cultura jovem popular já plantou e colheu no solo que, espontaneamente, sua história mesma sedimentou. Já há um modelo jovem alternativo, em pleno funcionamento nos bairros pobres, nas vilas, favelas e periferias.(...) O *hip-hop*, mesclando o *break*, o *grafitti* e o *rap*, é sua principal forma de expressão e organização. (SOARES, 2007, p. 153)

É perceptível que os jovens ocupam lugar expressivo nas mobilizações sociais e políticas e que estão abertos a esta prática dentre as várias alternativas que experimentam. Encontram-se no período de definição de suas “galeras” o que resulta em uma espécie de ser “*diferente-igual-aos outros*” (SOARES, 2007, p. 137) já que desejam fazer uso de símbolos iguais aos do grupo que escolheu, ao mesmo tempo em que se mostram diferentes de outros, essa é a essência juvenil que cada vez mais é barrada por padrões tradicionais menos flexíveis.

Talvez por isso a observação da história indique que os movimentos de ruptura em relação a estruturas sociais que começam a mostrar-se incompatíveis com novas condições de vida e de convivência atraem particularmente a participação juvenil. Nesses momentos, os jovens costumam tomar parte da ação, situando-se, muitas vezes, à frente dela. (RABAT, 2002, p. 4).

¹⁹ É corriqueiro denominar os grupos que praticam este tipo de expressão como guetos, termo que refere a bairros onde se confinam minorias econômicas e raciais.

Em suma, confirmou-se que entre os movimentos sociais e a juventude há o que se pode chamar de relação atrativa que se transforma constantemente na medida em que se modificam os jovens e a conjuntura dos movimentos sociais. É verdade que os jovens têm especial similaridade com os movimentos sociais e que o seu ingresso se dá tanto em nome de interesses próprios como em nome de interesses mais gerais. Por conseguinte as respostas àquelas questões levantadas anteriormente, podem sim ser positivas, já que o elo entre estes é mutável e permite que todas as hipóteses se confirmem.

4. MOVIMENTOS SOCIAIS E JUVENTUDE: A ESFERA DA FORMAÇÃO POLÍTICA E EDUCACIONAL

“ Os movimentos sociais não têm sido figuras muito presentes nas teorias pedagógicas; nem como sujeitos educativos nem como interlocutores da reflexão sobre educação”. (Caldart, 2004)

Com a exposição de questões elucidativas sobre os movimentos sociais e a juventude no que tange o processo histórico, a conceituação, visões e organização pôde ser percebido que se trata de dois atores que carregam em si uma ligação intrínseca, seja por meio da tradicional participação dos jovens nos movimentos ou por se assemelharem enquanto sujeitos construídos em consonância com o espaço e o tempo e de conceituação polissêmica. Neste capítulo o que se busca é mostrar em que medida a esfera da formação política e educacional se manifesta em tal relação, tentando encontrar subsídios na observação dos fatos e idéias que foram expostos anteriormente. Para tanto será colocado o que está entendido aqui como esfera da formação política e educacional neste contexto e o relato de duas experiências

concretas²⁰, a das escolas itinerantes do MST e as ações do Instituto Cultural Steve Biko - ICSB²¹ em Salvador.

É mister esclarecer que mesmo que o recorte dado no trabalho seja o da juventude acredita-se que os movimentos sociais se constituem como espaço de aprendizagem para todas as faixas etárias que deles fazem parte. As crianças, os jovens e os adultos cada um de acordo com as suas peculiaridades inerentes à idade aprendem algo com esta convivência e participação. Dentro dos movimentos sociais é possível se aprender por exemplo: como funcionam as instâncias governamentais, as hierarquias, a retórica, a se portar à frente do outro e a respeitá-lo, levam ao exercício da observação, à leitura de textos para aprofundamento teórico e, ainda à aprendizagem “ética e da cidadania” que são valores que perpassam todos os relacionamentos dentro de sua composição. Nos dizeres de Gohn (1994):

Falar da existência de um processo educativo no interior de processos que se desenvolvem fora dos canais institucionais escolares implica em ter, como pressuposto básico, uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico. (p. 17)

Nesta perspectiva o processo formativo que ocorre dentro dos movimentos sociais é tido como construção de um caráter educativo fruto da combinação entre três dimensões: “A dimensão da organização política; da cultura política; e a dimensão espaço-temporal” (GOHN, 1994, p. 17) e é na operacionalização destes que os militantes se educam ao mesmo tempo em que adquirem formação política. O elemento desencadeador desse processo se dá quando os militantes começam a acessar informações que antes lhe eram desconhecidas. Aprender a organizar a luta, a dialogar e entender como os órgãos públicos funcionam e a transitar por esta esfera faz com que as pessoas assumam um novo papel social, o de agentes participativos portadores de consciência e “prática cidadã”. “O exercício da prática cotidiana nos movimentos

²⁰ Ressalte-se que não será feita uma exposição aprofundada sobre as duas experiências, pois o intuito é somente exemplificar ações concretas no campo educacional realizadas pelos movimentos sociais.

²¹ Nome dado em homenagem ao ativista negro sul-africano Bantu Stephen Biko, principal idealizador do movimento de Consciência Negra, que morreu em 12 de setembro de 1978 por consequência das torturas sofridas nas prisões do Estado Racista do Apartheid na África do Sul.

sociais leva ao acúmulo de experiência, onde tem importância a vivência no passado e no presente para a construção do futuro” (GOHN, 1994, p. 18).

É interessante atentarmos para esta dimensão educativa dos movimentos sociais porque observaremos que certas atitudes tidas como conservadoras, por certos analistas pretensamente revolucionários, nada mais são do que parte do processo pedagógico vivenciado pelo movimento. Cumpre destacar, portanto duas questões: a educativa e a pedagógica. A educativa é um processo cujos produtos são realimentados de novos processos. A pedagógica são os instrumentos utilizados no processo. (GOHN, 1994, p. 19).

É válido salientar que fatos ocorridos no campo teórico sobre educação e movimentos sociais, mais especificamente nas décadas de 1960 a 80, muitas vezes levam a confundir as experiências de educação popular desenvolvidas pela Igreja Católica ou pelos programas oficiais de educação formal dada de modo informal, com a prática educativa que ocorre dentro dos movimentos sociais, sobretudo os populares. Nesta época a concepção de educação popular estava ganhando contornos, então aconteceram inúmeras experiências na área: o Movimento Educacional de Base - MEB da linha progressista da Igreja Católica, o sistema Paulo Freire, o Mobral, o Minerva, o Saci dentre outras ações no âmbito educacional das massas. Entretanto, havia sim certa ligação das experiências com os movimentos sociais, seja através das lutas por escolas ou pelas parcerias (que até hoje acontecem), mas não é a estas ações que se refere o objetivo deste trabalho. Trata-se aqui das práticas em si internas ao movimento e que mesmo de forma não intencional promovem espaços de aprendizagem.

Nos movimentos sociais a educação é autoconstruída no processo e o educativo surge de diferentes fontes, a saber:

- 1) Da aprendizagem gerada com a experiência de contato com fontes de exercício do poder.
- 2) Da aprendizagem gerada pelo exercício repetido de ações rotineiras que a burocracia estatal impõe.
- 3) Da aprendizagem das diferenças existentes na realidade social a partir da percepção das distinções nos tratamentos que os diferentes grupos sociais recebem de suas demandas.
- 4) Da aprendizagem gerada pelo contato com as assessorias contratadas ou que apóiam o movimento.
- 5) Da aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência, a qual seria sinônimo de conhecimento. (GOHN, 1994, p. 51).

Uma das experiências mais conhecidas de movimento social que foi mais longe neste quesito ao possuir dentro de sua estrutura um sistema de ensino criado por ele mesmo é a do MST. Com o intuito de possibilitar que suas crianças que têm dificuldade

em freqüentar escolas formais por conta do constante deslocamento das ocupações pudessem estudar, criam sistemas de ensino dentro dos assentamentos.

A efetivação desta ação foi viabilizada com a criação do Setor de Educação do MST que surgiu como produto da mobilização dentro do próprio movimento objetivando sanar a problemática existente. Mas, antes da sistematização em setor já eram empregadas ações, por mães e educadores, no sentido de proporcionar para as crianças, pelo menos, contato com um ambiente propriamente educativo, a partir da realização de brincadeiras, dinâmicas e contação de histórias. A ação educativa envolve a todos, as crianças, os jovens, os adultos e os educadores. Hoje a iniciativa cresceu tanto que já existe formação para professores dentro dos assentamentos.

A obra *Pedagogia do Movimento Sem Terra* de Roseli Caldart (2004), sistematiza a experiência do MST, mas pode ser utilizada como base para a reflexão sobre outros movimentos sociais devido ao modo como a sua concepção de educação é colocada. A autora apresenta a hipótese do Movimento como um sujeito educativo por si só, o que corrobora com o que se busca neste trabalho no tempo em que reforça que não são somente as ações intencionais, propriamente ditas, que educam os envolvidos com o processo. As escolas itinerantes, apesar de serem um espaço de oferta intencional de educação formal, se diferem dos moldes tradicionais de fora dos assentamentos por se situarem na dinâmica da luta do MST.

A própria participação na luta forma a convicção, que poderia estar apenas como sentimento, intuição ou somente possibilidade, no momento em que a pessoa decidiu lutar, ou mesmo quando decidiu participar de uma ação que ainda nem percebia como sendo uma luta. Por sua vez, a convicção de que tudo pode ser diferente do que é, vai conformando o próprio jeito de fazer a luta. (CALDART, 2004, p.334-5)

No que tange a metodologia as escolas do MST, segundo Caldart (2004), são animadas pelo propósito de que o movimento está em constante movimento, isso lhe proporciona agregar práticas que são constantemente renovadas e a crença na mudança. “Tudo se conquista com luta e a luta educa as pessoas”. (CALDART, 2004, p.331), parafraseando Paulo Freire, na pedagogia do MST nada pode ser impossível de mudar, pois “ensinar exige a convicção de que a mudança é possível” (FREIRE, 1997,

p.85). O processo educativo nos assentamentos lança mão de cinco matrizes pedagógicas, a saber: Pedagogia da luta social; da organização coletiva; da terra; da cultura; e Pedagogia da história.

A pedagogia do Movimento põe em movimento a própria pedagogia, mobilizando e incorporando, em sua dinâmica (organicidade) diversas e combinadas matrizes pedagógicas, muitas delas já um tanto obscurecidas em um passado que não está sendo cultivado. (CALDART, 2004, p.331)

Em pesquisa sobre a formação de professores na prática política do MST Beltrame (2002), constatou que uma parte deles não tinha formação específica para a docência, alguns não possuíam nem o Ensino Fundamental completo. Mas, percebeu também que isso não fazia deles maus professores, pelo contrário, a prática docente pautada na vivência coletiva e política, os tornavam profissionais competentes e respeitados dentro dos assentamentos. A consciência da necessidade de formação técnica existia ao lado do que a pesquisadora chamou de “construção da consciência orgulhosa”, a formação baseada na prática política do MST.

Em seu dia-a-dia, esses homens e mulheres, no trabalho, no contato direto com a natureza, participam intensamente dos ciclos da vida e, nessa dinâmica, vão elaborando conhecimentos e relações que os enriquecem como professores.(...) No Movimento, porém, esse professor é visto de outra maneira. Se por um lado é mencionado como 'leigo', por outro, as propostas do coletivo destacam valores que vêm de sua prática e o legitimam a ocupar esse espaço com dignidade. (BELTRAME, 2002, p. 4; 9)

Com esta iniciativa o MST se torna uma referência, mas ainda queixam-se de que o viés dado por pesquisadores da área educacional ainda é o da escola formal de fora dos assentamentos. É bem verdade que esta é uma situação com a qual a sociedade ainda não dialoga com naturalidade, os processos novos, as propostas novas passam por fase de adaptação. Mas de qualquer forma sendo a educação um campo de constantes mudanças por lidar com pessoas e situações também mutáveis precisa atentar e dialogar com esta real possibilidade.

E os sem-terra, que representam, além deles mesmos, o conjunto dos camponeses ou, mais amplamente, dos trabalhadores, se até já foram vistos, em certa tradição pedagógica, como sujeitos de práticas sociais educativas, de modo geral não costumam ser identificados como sujeitos da pedagogia, ou da reflexão pedagógica. (CALDART, 2004, p.317)

A segunda experiência escolhida para exemplificar o caráter educativo dos movimentos sociais, neste caso um dos novos movimentos sociais é a do ICSB, conhecida na cidade como Biko, entidade do movimento negro que desde 1992 desenvolve em Salvador ações voltadas, sobretudo para a população jovem negra de baixa renda concretizando a missão de “Promover a ascensão social da comunidade afro-descendente através da educação e do resgate de seus valores ancestrais” (ICSB, 2008). Para o movimento negro esta atitude já tornou-se algo comum e parte das estratégias de atuação e de fortalecimento de sua luta.

Em geral, a ação e o discurso dessas organizações e de sua imprensa almejavam alcançar a coletividade dos ex-escravizados uma participação efetiva na sociedade vigente da qual era excluída. Para isso, a educação destacava-se como o meio por excelência e, portanto, o objetivo maior da prática dessas entidades, muitas das quais abriam escolas noturnas. (NASCIMENTO, 2003, p. 225)

Relatos datam, por exemplo, que por volta da década de 1920 entidades como a Imprensa Negra, a Frente Negra, o Teatro Experimental do Negro dentre outras, já implementavam atos em prol da formação e da inserção do povo negro nas esferas de poder.

A proposta da Frente Negra Brasileira, comparada com os propósitos das entidades e da imprensa negras já existentes, não era nova. Resumia-se no lema “Congregar, Educar e Orientar”. (...) Quanto às prioridades de ação para atingir esses fins, continuava incólume o consenso já assinalado em relação às décadas anteriores, ou seja, entendia-se que a primeira frente de luta estava localizada no campo da educação e a segunda dos direitos de cidadania. (NASCIMENTO, 2003, p. 232)

O ICSB adquiriu notoriedade, inicialmente, com a oferta do curso pré-vestibular voltado para a população negra de baixa renda no intuito de inserí-la nas universidades. Tal iniciativa partiu de jovens negros que perceberam a universidade como um espaço que precisava ser ocupado por eles. Uma tentativa importante de minorar um dos problemas do acesso à educação que se acentua para este público de maioria oriunda da escola pública e que não tem recursos para pagar cursos preparatórios para o exame vestibular²². Hoje, cerca de 800 jovens que passaram pelo ICSB já ingressaram no ensino superior.

²² A mensalidade cobrada é abaixo da praticada no mercado e, em algumas edições, boa parte dos estudantes ganhou bolsas através de parcerias feitas com órgãos e projetos externos.

O ICSB não se limitou ao pré-vestibular, implementaram ações extensivas ao público que ainda cursa o Ensino Médio com o projeto Oguntec voltado para a área tecnológica e de exatas, onde ainda é pequena a presença de jovens negros pobres, promove cursos de formação de jovens em Direitos Humanos e Anti-racismo munindo-os dos elementos necessários para dialogarem nesta luta, e o Projeto Mentas e Portas Abertas - POMPA que abrange a juventude afro-descendente universitária na tentativa de formar um quadro representativo desta comunidade em setores públicos e do terceiro setor e orientando a elaboração de projetos de vida para o futuro profissional e pessoal. Atitudes fundamentalmente políticas já que garantem a representação do movimento negro onde quer que seja, via iniciativa e méritos próprios: “Estamos por nossa própria conta” (BANTU STEVE BIKO)

Mais do que preparar para o vestibular ou para o ingresso em carreiras a Biko prepara os jovens para a vida, mostrando que são capazes de ser exceções da regra desenvolvendo um processo de empoderamento e de fortalecimento da auto-estima. O diferencial da formação oferecida está em uma disciplina que permeia toda a sua metodologia que é a Cidadania e Consciência Negra – CCN²³. Após 15 anos de existência a entidade pretende ir mais longe e pensa já na possibilidade de construir uma instituição de ensino superior que contemple a diversidade étnico-racial considerando a cosmovisão africanas e das suas diásporas:

A visão de futuro - até 2010, construir o Centro Cultural e Educacional Steve Biko, e torná-lo reconhecido como um Instituto de referência nacional de estudos, assistência e capacitação da comunidade afro-descendente, desenvolvendo diversas atividades de qualidade no campo da educação, cultura, arte e outros serviços, respeitando a diversidade e buscando o bem-estar social (ICSB, 2008).

Dessa forma, pôde ser percebido que se trata de um ambiente rico em formação política de um movimento que foi idealizado pela juventude para a juventude, onde há preocupação com a preparação para o diálogo com a sociedade e com os órgãos competentes na tentativa de desenvolver uma política que contemple e respeite

²³ “Um curso de formação política que traz um diferencial extraordinário na preparação do estudante, pois eleva sua auto-estima através do conhecimento da sua ancestralidade e a ampliação do seu conceito de cidadania” (ICSB, 2008).

a diversidade étnico-racial. E o contato com esse processo formativo gera o empoderamento mostrando que mais do que conhecimento técnico a juventude precisa estar segura de si e conhecer os processos necessários para fazer a diferença que muitas vezes está em ter contato com princípios de sua própria história ancestral.

A reflexão feita aqui demonstra que a esfera da formação política e educacional que se condiciona na relação entre a juventude e os movimentos sociais, tanto no que tange o pensamento de que os movimentos sociais podem realizar ações intencionais de cunho educativo atingindo até então resultados mais positivos do que os da escola formal, dado que trabalham com a perspectiva de tocar em pontos, em características específicas da juventude e dos seus militantes. E a participação juvenil nas lutas dos movimentos corrobora para a sua formação política e para o próprio movimento na medida em que suas trajetórias se imbricam.

A educação, formal ou não, é um fator importante para os movimentos sociais na reversão da crise de desmobilização e de fragmentação que permeiam o ideário de lutas por melhores condições de vida e de aquisição de direitos perante o Estado, “nossa hipótese é a de que somente ações educativas de massa poderão reverter este cenário de descrença na ação coletiva” (GOHN, 1994, p. 114).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Movimentos sociais são organizações coletivas na tentativa de abrir campos de diálogo com o intuito de alcançar benefícios materiais ou simbólicos para um grupo ou coletividade. Possuem um conceito polissêmico, pois cada um em sua constituição traz elementos peculiares, embora tenham em comum a presença de pessoas se manifestando, de variadas maneiras, em prol de uma causa. Percebeu-se na literatura consultada que existem mais discussões acerca das teorias dos movimentos sociais do que propriamente sobre o seu conceito, mas sabemos que trata-se de duas coisas que estão fortemente ligadas.

Historicamente, os movimentos, se revelaram um instrumento de reivindicação válido, sobretudo para as camadas populares, que é a que mais sofre com as disparidades do sistema econômico e político. As camadas mais favorecidas, em geral, não sentem a falta do acesso aos bens básicos para a sobrevivência, já que podem pagar por eles conseguindo se manter na sociedade brasileira capitalista de cultura neoliberal.

O elo com a juventude, com certeza, é de bastante afinidade, seja por possuírem uma construção conceitual semelhante que agrega e depende de categorias sociais e culturais, ou por se reconhecer participação relevante da juventude nos mesmos. A juventude com sua salutar tendência a questionamentos e por experimentações de novos espaços se aproxima dos movimentos sociais com facilidade. Isso conduz à conclusão de que todos os jovens querem e participam deles, mas isso não é verdade. A subjetividade, a natureza e a identidade das pessoas são diferentes, não são todos os jovens que irão fazer parte de um movimento social, isso depende do seu perfil, valores e conduta, todos têm liberdade de escolha.

E diria que nos dias atuais é necessário, pelo menos, alcançar um nível suficiente de entendimento por parte de todos os protagonistas envolvidos nas lutas e movimentos sobre a natureza de sua participação no movimento que pode se dar de

formas diferentes. Pode ser por estar privado de algum tipo de direito ou por sofrer concessões devido a alguma característica sua e que é a pauta daquele movimento; ou por somente simpatizar com a causa. Outra coisa que é necessária para os militantes é o conhecimento de conceitos que norteiam suas práticas, neste sentido identifica-se um ponto chave para validar a condição de esfera educativa dos movimentos sociais. É preciso fazer a luta e a luta educa, como empreendemos na contribuição de Caldart (2004).

É necessário um esforço da parte de todos a compreender a realidade como um todo aliada os fatos. Chegamos à conclusão de que a juventude tem sido mal entendida inclusive, pela Pedagogia, onde há um salto do foco na infância para a fase adulta, e pela legislação de ensino que coloca em uma mesma modalidade²⁴ os jovens e os adultos mesmo sabendo-se que são dois universos diferentes. Dessa forma, se até os especialistas em educação têm dificuldade para compreender a juventude, quem dirá a sociedade em geral, quando pauta suas opiniões em fatos superficiais não embasados. O mesmo ocorrendo com os movimentos sociais quando as experiências práticas são analisadas pelo prisma da escola formal mesmo que a LDBEN considere este espaço como de ensino e aprendizagem.

Considera-se que a juventude participante dos movimentos sociais (do Estudantil, negro ou MST, dentre outros) convive em ambiente propício a formação político-pedagógica. E estes acabam por se destacar nos ambientes de decisão política e em outros que costumam freqüentar. Não que se tornem os maiorais ou que esta seja a única via para alcançar isso, mas tem voz ativa e exercem força de pressão, de reivindicação e de disseminação de informações por tal posicionamento se tornar uma constante em suas vidas, onde levam as bandeiras de luta dos seus movimentos adiante.

²⁴ Educação de Jovens e Adultos.

As lutas dos movimentos no Brasil, sobretudo após as décadas de 1980-90, com a complexidade de acontecimentos²⁵, tomou novos contornos, no movimento estudantil inclusive.

A fragmentação e dispersão acentuadas, características dos anos 90, se expressam na identidade do movimento estudantil e suas ações se pulverizam. A idéia de um movimento único continua enquanto organização, mas as frentes se ampliam enquanto possibilidades de atuação. É importante ressaltar que a emergência destas temáticas no interior do movimento estudantil, não se faz sem antagonismos e conflitos. Porém, mais que antagônicas essas novas práticas são complementares aos formatos de participação já existentes e oferecem a uma boa parcela de jovens estudantes, um importante espaço de socialização política. O surgimento de novas formas de ação e expressão, não significa que as práticas anteriores tenham sido excluídas do campo da militância estudantil. (MESQUITA, 2008, p.8).

Os jovens hoje estão apáticos. Essa é a colocação dos que vêm a juventude hoje com os olhos do passado, mais especificamente no caso brasileiro com os olhos de 68 (lutas contra a Ditadura e Regime Militar) e de 84 (movimento Diretas Já). Seguir por esta posição significa não perceber que é necessário avançar nos julgamentos considerando que se trata de uma nova época em que os mecanismos de contestação são outros, ou dizendo melhor os sujeitos são outros. E é também uma época em que os mecanismos de conformação estão levando cada vez mais as pessoas ao estatismo.

No contexto das sociedades periféricas, os fluxos culturais são moldados primariamente pelo Estado e pelos mercados. De um lado, o foco mais comum de atenção está sobre o modo como os Estados tipicamente usam a educação para criar cidadãos, assim como para inculcar “um conjunto reproduzível, quase universalmente, de habilidades básicas, incluindo alfabetização e capacidade de fazer contas”. (TORRES e MORROW 2003, p.295)

No Brasil, é perceptível que um avanço se faz necessário nas políticas públicas de juventude “quer pela representação quantitativa no cômputo geral da população, quer pelos direitos humanos dos jovens, estes fazem jus a ser considerados em políticas universais como a ser sujeitos de políticas específicas” (CASTRO, 2004, p. 292). Foi visto que está em tramitação na esfera governamental uma atitude neste sentido e que foram encomendadas pesquisas para bem fazê-la que já apontaram que um dos caminhos é considerar a juventude em sua totalidade acessando as questões relativas a gênero, raça e classe social.

²⁵ Discorridos aqui nos tópicos anteriores.

Considera-se que o estudo sobre o tema proposto exige maior aprofundamento principalmente no que se refere a investigação *in loco* para observar na prática dos movimentos sociais como é mesmo que se manifesta a esfera da formação político-pedagógica, acompanhando o processo educativo e a presença da juventude. Em um outro momento será oportuno investigar as novas formas de organização do movimento estudantil, dos movimentos juvenis, e até mesmo das experiências do MST e do movimento negro (ICSB) no intuito de validar o que foi aqui colocado via pesquisa bibliográfica. Pois, a construção do trabalho monográfico levou a suscitação de novos questionamentos que não puderam ser respondidos agora e à percepção de certa dificuldade em fundamentar o movimento social como espaço de aprendizagem. Conclui-se que o estudo serviu para acessar questões de tamanha importância para a inserção em uma futura pesquisa aprofundada.

REFERÊNCIAS

BELTRAME, Sonia Aparecida Branco. Formação de professores na prática política do MST: a construção da consciência orgulhosa. In: **Educação e Pesquisa**, v.28 nº 2, São Paulo: jul-dez 2002.

BORGES, Altamiro. O protagonismo dos movimentos sociais. In: **Revista Espaço Acadêmico**, nº 32, Janeiro 2004 - Mensal.

BRASÍLIA. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB. Lei nº 9.394/96 Institui as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASÍLIA. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CABRAL, Adilson. **Movimentos Sociais, as ONGs e a militância que pensa, logo existe**. Disponível em: <<http://www.comunicacao.pro.br/artcon/movsocong.htm>> Acesso em: 09/03/2008.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Volume II; tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: paz e Terra, 1999 (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2).

CASTRO, Fidel; BETTO, Frei; e LÊNIN. **As tarefas revolucionárias da juventude**. Tradução e revisão: Ana Corbisier e Miguel H. Stedille. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. In: **Cadernos de Pesquisa**, nº 116, São Paulo, jul. 2002.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Juventudes no Brasil: Vulnerabilidades negativas e positivas. **Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP**, Caxambu – MG – Brasil, de 18 – 20 de Setembro de 2004.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Por um novo paradigma do fazer políticas públicas de/ para/ com juventudes. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, UNESCO, nº 20, 2003.

Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM. Disponível em: <http://www.conam.org.br/historico_1.htm> Acesso em: 21/03/2008 .

Coordenação de Movimentos Sociais. Disponível em: <http://www.cut.org/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=cms> Acesso em: 21/03/2008.

DIAS, Eurípedes da Cunha. **Arqueologia dos Movimentos Sociais.** Brasília: UNB, 2001 (Série Antropologia Nº 310).

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação popular pós 70.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

FGV. **Dicionário de Ciências Sociais.** Fundação Getúlio Vargas – Instituto de Documentação. Rio de Janeiro: editora da FGV, 1986 (p. 788).

FIGUEIRÊDO, Maria do Amparo C. de. O cotidiano e a educação de meninos de rua. In: CORTEZ, João B.; ATAÍDE, Yara Dulce B. de (orgs). **Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste: Movimentos sociais e educação, Natal, 17 a 20 de junho de 1997.** Natal: EDUFRRN, 1997 (p. 77-90).

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. Jovens: uma leitura de suas representações sociais. In: **Presente! Revista de educação/ Centro de estudos e Assessoria Pedagógica.** a.15, nº 59, Salvador: CEAP, set-nov 2007 (p. 12-19)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 42ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994 (Questões da nossa época, v.5).

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros.** 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais.** Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2004.

Instituto Cultural Steve Biko - ICSB. Disponível em: <http://www.stevebiko.org.br/> Acesso em: 14/05/2008.

IOSCHPE, Gustavo. 1968, O ano que nunca começou. In: **Superinteressante**, ed. 252, maio / 2008 (Coluna Essencial, p. 31-32).

LAVILLE, Christian; DIONE, Jean. **A construção do saber.** Porto Alegre: Artmed, UFMG, 1999.

LEHER, Roberto. Resgatar a tradição crítica para construir práticas necessariamente renovadas. In: LEHER, R. e SETÚBAL, M. (orgs). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005 (p. 7-32).

MACHADO, Cristina Pinheiro. **Os exilados: 5 mil brasileiros à espera da anistia**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979 (p. 55-61)

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. IN: **Revista Young**. trad. Angelina T. Peralva. Estocolmo: Universidade degli Studi di Milano, v. 4, nº 2, 1996 (p. 3-14).

MESQUITA, Marcos. **MOVIMENTO estudantil brasileiro: o desafio de recriar a militância** disponível em: <http://cjuvenis.ces.uc.pt/general/Marcos%20-%20movimento%20estudantil%20bras.pdf> > Acesso em: 10/05/2008

MILANI, Feizi M. Adolescência: um fenômeno sociocultural. Entrevista In: **Presente! Revista de educação/ Centro de estudos e Assessoria Pedagógica**. A.15, n. 59. Salvador: CEAP, 2007 (p. 5-11).

MINAYO, Maria C. de S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORROW, Raymond A. e TORRES, Carlos Alberto. O Estado, os Movimentos Sociais e a Reforma Educacional. In: TORRES, Carlos Alberto (org.) **Teoria crítica e sociologia política da educação**; trad. de Maria José do Amaral Ferreira. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003 (Biblioteca freiriana; v.6, p. 265-297).

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O Sortilégio da Cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: SUMUS, 2003. (p. 224-280)

NOVAES, Regina. e VANNUCHI, Paulo. (orgs.) **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

PACHECO, Edlane da Silva e SILVA, Idson T. Marinho. Protagonismo juvenil: capacidade de gerar mudanças. In: **Presente! Revista de educação/ Centro de estudos e Assessoria Pedagógica**. A.15, n. 59. Salvador: CEAP, 2007. (p. 48-55).

PRONZATO, Carlos. **A revolta do carnaval**. Salvador: La Mestiza, 2005.

RABAT, Márcio Nuno. **A Participação da Juventude em Movimentos Sociais no Brasil**. Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Agosto /2002.

SERPA, Luiz Felipe Perret. A história dos movimentos populares em Salvador. In: PEIXOTO, Maria Solange S. et al. **Movimentos populares: a escola comunitária e a cidadania**. Salvador: UFBA, Empresa Gráfica da Bahia, 1990 (p. 9-33).

SOUZA, João Francisco de. Os movimentos sociais populares como “lócus” pedagógico. In: CORTEZ, João B. e ATAÍDE, Yara Dulce B. de (orgs). **Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste: Movimentos sociais e educação, Natal, 17 a 20 de junho de 1997**. Natal: EDUFRRN, 1997 (p. 47-60).

SPOSITO, Marília P. e CORROCHANO, Maria C. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. In: **Tempo Social**, v.17 nº 2 São Paulo (nov 2005).

SPOSITO, Marília P. Plano Nacional de Juventude: Jovens ausentes nas políticas públicas. Entrevista cedida ao **Jornal Brasil de Fato**, edição n. 162, de 6 a 12 de abril de 2006.

SPOSITO, Marília P.; SILVA, Hamilton H. C. e SOUZA, Nilson. A Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. In: **Revista Brasileira de Educação**, v.11, nº 32, Rio de Janeiro (maio-ago 2006).

TOURAINÉ, Alain. Movimentos sociais. In: FORACCHI, Marialice M. e MARTINS, José de Souza. **Sociologia e sociedade: Leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1977 (p. 335-365).

ZIBECHI, Raúl. Os movimentos sociais latino-americanos: tendências e desafios. In: LEHER, R. e SETÚBAL, M. (orgs). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005 (p. 198-207).